

**Impresso
Especial**

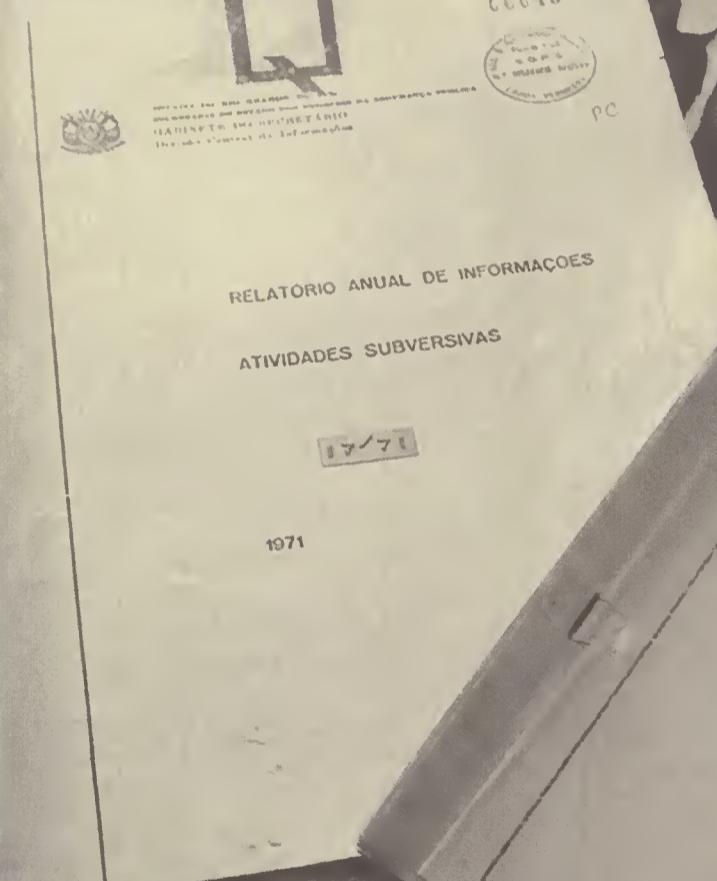
0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS

1ª quinzena de abril de 2004

AD VERSO

Jornal da Adufrgs - nº125



Golpe Militar

Há 40 anos a democracia brasileira sofria um dos maiores golpes da história. Sob o argumento de que precisavam manter a ordem nacional, que estaria ameaçada pelas reformas de Jango, os militares tomaram o poder. O processo se repetiu em quase toda a América Latina, que mergulhou em um período de medo, repressão e violência. A universidade foi diretamente atingida e teve centenas de professores expurgados. Confira nesta edição depoimentos de quatro deles.

Páginas 8 à 13

"As pessoas que não nos apoiaram continuavam lá e haviam ocupado com muita felicidade os nossos lugares"

Maria da Glória Bordini

"Quando começaram a sair expurgos daqui, expurgos dali, ai percebi que a coisa era séria"
Cláudio Accurso

"Alguém teria comentado que o auditório (Araújo Viana) visto de cima parecia a foice e o martelo (símbolo do comunismo)"
Carlos Fayet

"Para ganhar forças, eu dizia a mim mesma que estava ali porque tinha alguma coisa na cabeça e eles não"
Enilda Ribeiro



Diana Ong / Reprodução Fine Art

Carlos Schmidt - Professor da Faculdade de Ciências Econômicas

Sucessão na reitoria na Ufrgs

A sucessão na reitoria da Ufrgs acontece no momento que o ministro da Educação se propõe priorizar a Reforma Universitária. E mais, esta será feita por projeto de lei a ser enviado em novembro para o Congresso Nacional, dando assim um período razoável para discussão.

Um gesto que seria bem vindo pela comunidade universitária, mas que infelizmente não aconteceu, seria a revogação da legislação discricionária (lei e decreto) sobre eleições dos dirigentes universitários, que aliás contraria o preceito de autonomia universitária consagrado na Constituição Federal.

Cabe a nós "descascar este abacaxi", produzir uma sucessão que aponte para um processo mais democrático e afirmativo da autonomia universitária. Por trás das filigramas jurídicas, estão vontades políticas consonantes com a restrição legislativa de Fernando Henrique Cardoso, infelizmente mantidas pelo atual governo.

Cabe ao Conselho Universitário (Consun), na referida legislação elaborar a lista tríplice para ser enviada à apreciação e decisão do Executivo da União. No caso específico da Ufrgs, pela sua legislação interna, deve o Consun organizar uma consulta e tomá-la por base para elaborar a referida lista.

A maneira como o Consun vai absorver o resultado da consulta pode ser mais ou menos democrática, e isto se traduz nos pesos dados aos dife-

rentes segmentos da comunidade universitária. Particularmente defendendo a paridade dos três setores (estudantes, professores e técnicos-administrativos) por razões que este pequeno espaço não permite justificar.

Penso que entre os professores é majoritária a posição de que os docentes devem ter um peso de 50% e os dois colégios eleitorais teriam 25% cada um. Esta proporção, aliás, já vigorou em consultas passadas.

Dado o momento histórico que vivemos, a eleição do reitor não é só uma questão interna da Universidade do Rio Grande do Sul, ela sinaliza para a universidade que queremos. É válido que todos os segmentos expressem sua visão de democracia, mas isto não deve ser um impasse para uma composição, e que enfim se produza uma escolha legitimada por todos os segmentos.

Nós do Movimento Docente não queremos nossa entidade, que é de todos os professores, envolvida na disputa, mas que seja garantidora de um processo de escolha mais representativo possível.

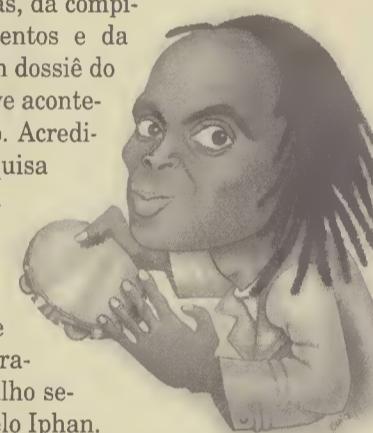
No entanto, como indivíduos devemos fazer a nossa escolha tendo por norte a nossa luta por uma universidade autônoma, pública, gratuita e de qualidade. Mais ainda, inserida em um projeto de desenvolvimento nacional que aponte para a integração de todos os brasileiros na nação, isto é, direitos políticos, econômicos e sociais ampliados e para todos.

Rindo dos EUA

"Cara, cadê meu país?", a nova provocação de Michael Moore e indicação de livro neste Adverso, traz no prólogo da edição nacional uma carta ao Brasil. "Fazer frente à América na questão da guerra (e ainda gozar com a cara das políticas de imigração do Bush) foi uma atitude fantástica", escreve Moore. E completa: "Eleger um líder popular que saiu das classes trabalhadoras foi um tremendo passo à frente. Resistir à Alca também é bom. Sigam no caminho, lutem o bom combate. Vocês têm a economia mais poderosa entre as das Américas do Sul e Central, estão na posição de dar o exemplo".

Samba tombado

O Ministério da Cultura quer que a Unesco transforme o samba em patrimônio cultural mundial. A decisão foi tomada pelo ministro Gilberto Gil, em reunião com o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Antônio Augusto Arantes. A proclamação das obras-primas será feita a partir de um processo de consultas, da compilação de documentos e da elaboração de um dossiê do samba, o que deve acontecer até setembro. Acredita-se que a pesquisa sobre o samba poderá subsidiar a formulação de políticas de salvaguarda e valorização de bravura.



criar cotas para negros, oferece recursos financeiros e humanos que permitem aos bolsistas participarem do concurso de admissão em igualdade de condições com os demais candidatos.

Trabalho escravo no Rio

Prova de que o trabalho escravo não está só escondido na região nordeste está no sítio do Ministério do Trabalho. Segundo a matéria, foram encontrados, no município de Araruama (Região dos Lagos do Rio de Janeiro), 14 trabalhadores em situação análoga à escravidão, durante operação de fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. São duas famílias, quatro adultos e dez crianças, com idades de 4 a 13 anos, que viviam em casebres sem a mínima condição de higiene. Nas casas não há banheiro, luz e camas, e a água, de cor cinza-escura, era retirada de um poço e utilizada para beber e cozinhar. As crianças não tinham salário e seus pais recebiam cheques de R\$ 112 por quinzena, e eram obrigados a descontá-lo em dois mercados em São Vicente de Paulo, uma vila no município de Araruama. Recibos de pagamento de salário foram encontrados em branco e já assinados pelos trabalhadores.

Sem lista de chamada

Professores da Ufrgs, de volta ao trabalho em meados de março, encontraram uma novidade: as listas de presença com os nomes dos alunos não estão mais disponíveis em papel para os professores. Agora, segundo informações do Decordi, cada professor deve acessar a página da Ufrgs na internet e imprimir as listas. A mudança causou indignação entre os docentes, já que a universidade não oferece infraestrutura suficiente para que todos tenham acesso a computadores, internet e impressoras. Isso significa que quem não dispõe desse aparato terá que arcar com a impressão do próprio bolso. A assessoria de comunicação da Ufrgs informou que a medida foi tomada porque havia muito desperdício de papel e que cada professor pode solicitar a lista no seu departamento.

Diretoria

CAMPANHA SALARIAL

Servidores rejeitam proposta do governo



Servidores públicos federais lançaram oficialmente a Campanha Salarial 2004 no estado no dia 1º de abril. O lançamento, que reuniu trabalhadores de vários sindicatos e representantes da CUT/RS, aconteceu um dia depois do governo federal oferecer reajuste de 10,79% a 29,38% sobre as gratificações produtivistas, o que foi rejeitado pelos trabalhadores. Assembléias de várias categorias estavam marcadas para a primeira quinzena de abril e uma nova plenária dos SPF's acontece no dia 18, quando deve ser definida a data para o início de uma greve unificada.

Os salários dos aposentados, de acordo com a planilha apresentada pelo governo, sofreriam reajustes menores, entre 7,11% e 26,13%, o que vai contra o princípio de isonomia salarial, defendido historicamente pelo Movimento Docente. Segundo a vice-presidente da Secretaria Regional do Andes/SN, Ceres Torres, o governo apresentou apenas uma tabela, mas não explicou quais os critérios utilizados nos cálculos. "A proposta do governo não avança em nada, porque não atende a nenhum item da nossa pauta de reivindicações", observou Ceres.

Até o fechamento desta edição não havia acordo entre servidores e governo, que se reuniram posteriormente para uma nova rodada de negociação. Ceres Torres acredita que a categoria está mobilizada o suficiente para promover uma greve geral em todo o País. Na última plenária, os SPF's confirmaram mais uma vez a intenção de combater a política econômica do governo Lula e lutar pela Campanha Salarial. Para o dia 14, o calendário prevê uma paralisação de 24 horas com manifestações em todo o Brasil.

Os SPF's reivindicam um reajuste emergencial de 50,19%. Reunidos em assembleia no dia 6 de abril, professores da Ufrgs decidiram construir a mobilização da categoria e ao mesmo tempo pressionar para que as negociações avancem no sentido de: obter-se um reajuste no mesmo percentual para os ativos, inativos e pensionistas, buscar a incorporação da GAE e da GED/GID nos seus valores máximos, buscar a isonomia salarial e garantir a ampliação das vagas de docentes e técnicos. O documento, remetido ao Andes/SN, está disponível na íntegra na página eletrônica da Adufrgs.

CONGRESSO ANDES-SN

Andes decide pela construção de greve

23º Congresso Andes-SN: realizado em Salvador entre 6 e 10 de março, discutiu temas polêmicos



Encontro reuniu professores de todo o País e tratou de vários temas polêmicos, como as cotas raciais, a desfiliação da CUT e a Reforma Universitária. Uma possível paralisação passa a ser construída a partir de agora

Professores das universidades públicas de todo o Brasil, reunidos no 23º Congresso do Andes/SN, em Salvador, entre os dias 6 e 10 de março, definiram um calendário de mobilização para construção de uma possível greve em abril. O tema voltou à discussão nos dias 15 e 16 de março, quando aconteceram as plenárias do setor das Ifes e geral dos Servidores Públicos Federais (SPFs), respectivamente.

Segundo informações da diretoria da Adufrgs, o congresso teve como pontos que suscitaram mais discussões as cotas para minorias, a desfiliação da CUT e a extinção dos fundos setoriais, além da Reforma Universitária, sobre a qual o Sindicato Nacional se colocou contra. Uma das deliberações foi a de que, ao longo de 2004, os docentes irão construir um polo de resistência às reformas do governo Lula e realizar seminários para esclarecer os trabalhadores.

A polêmica questão das cotas raciais ganhou campo durante o congresso, na medida que a diretoria do Andes posicionou-se contra e sofreu pressão interna e externa. O Movimento Negro compareceu em peso na abertura do encontro e reivindicou apoio dos docentes, depois de argumentar a favor das cotas. Depois de muita discussão, a posição final foi de que seja aberto um amplo debate em todas as seções sindicais. A maioria dos professores rejeitou a proposta da direção de defender a extinção dos fundos setoriais e o relacionamento com a CUT passará a ser tema de discussão nas próximas plenárias e nas bases.

A presidente da Adufrgs, Maria Aparecida Castro Livi, defendeu o

texto de resolução aprovado em assembleia, mas a maioria dos presentes entendeu que as questões colocadas já estavam sendo contempladas na pauta de reivindicações e que o caráter emergencial com relação a reajuste, proposto no documento, não faria sentido no atual momento político.

Eleições Andes

Durante o congresso foram inscritas as três chapas que vão disputar a próxima eleição, marcada para os dias 18 e 19 de maio próximo. Pela "Educação e Revolução" foram inscritos os professores

Maria de Lourdes Sarmento, da Universidade Estadual da Paraíba, Patrícia Cristina P. de Almeida, da Universidade de Brasília e Valdeci G. Silva, também da Universidade Estadual da Paraíba, para os cargos de presidente, secretário-geral e tesoureiro, respectivamente.

A segunda chapa, "Uma nova Andes é possível - plural e de luta", traz os professores Gil Vicente Reis de Figueiredo, da Universidade Federal de São Carlos, Cássia Damiani, da Universidade Federal do Ceará e Denise Maria Maia, da Universidade Federal do Paraná, para os respectivos cargos de presidente, secretário-geral e tesoureiro.

A chapa da situação, "Andes - autônoma e democrática", apresentou para os cargos de presidente, secretário-geral e tesoureiro os professores Marina Barbosa Pinto, da Universidade Federal Fluminense, Márcio Antônio de Oliveira, da Universidade Federal de Juiz de Fora e Antônio de Pádua Bosi, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

EDUCAÇÃO

Porto Alegre lança III Fórum Mundial de Educação

A terceira edição do Fórum Mundial de Educação (FME), que acontece de 28 a 31 de julho em Porto Alegre, foi lançada oficialmente dia 26 de março e terá como tema central "A educação para um outro mundo possível". Durante a cerimônia de lançamento, o ministro da Educação, Tarso Genro, salientou que o FME vem se constituindo em um braço para a educação, com o mesmo caráter e a mesma abrangência do Fórum Social Mundial (FSM). O prefeito de Porto Alegre, João Verle, lembrou que o FME surgiu quando estava sendo realizada a segunda edição do FSM e constituiu-se em um espaço estratégico para discutir a educação, não como uma mercadoria, mas como um tema fundamental para o desenvolvimento humano.

Representando a Secretaria do Conselho Internacional do FSM, Sérgio Haddad destacou a importância da educação como instrumento de transformação da sociedade. "Se um outro mundo é possível, então, com certeza, a educação deve estar no processo de transformação da sociedade", disse Haddad. Segundo a secretária municipal de Educação, Sofia Cavedon, a coordenação do FME já recebeu mais de duas mil inscrições. A programação prevê a realização de três grandes conferências, cinco debates temáticos, seminários, exposições e apresentações culturais. As principais atividades serão sediadas no Ginásio Gigantinho, no Centro de Eventos da



FME: lançamento contou com a presença do ministro Tarso Genro

PUC/RN e na Usina do Gasômetro.

Entre as presenças confirmadas estão Perry Anderson e Istvan Mészáros, que irão debater os desafios teóricos e políticos para construir "A Educação para um Outro Mundo Possível". Editor da revista New Left Review, Perry Anderson é professor de história na Universidade da Califórnia (Ucla). Considerado um dos principais pensadores marxistas da atualidade, Anderson é autor de inúmeras obras, várias delas já publicadas no Brasil, como "Crise da Crise do Marxismo" (1983), "Considerações sobre o Marxis-

mo Ocidental" (1976) e "Afinidades Eletivas" (2002). Istvan Mészáros é professor emérito da Universidade de Sussex (Inglaterra) e um dos principais estudiosos da obra de Marx no século XX. Entre suas obras, destacam-se "Marx: a teoria da alienação", "Produção destrutiva e estado capitalista", "O poder da ideologia", e "Para além do capital".

As inscrições podem ser feitas pela internet, no www.forummundialdeeducacao.com.br. Até o dia 31 de março, os valores variam de R\$ 10 a R\$ 30. Após esta data, haverá aumento.

Programação

28 de Julho de 2004

17h Abertura
19h Conferência - A Educação para Além do Capital, com Istvan Mészáros, Atilio Boron (Argentina) e Rigoberta Menchú (Guatemala)

29 de Julho de 2004

9h Conferência - Conhecimento, poder e emancipação, com Hugo Zemmelman (México), Perry Anderson (Inglaterra) e Francisco de Oliveira (Brasil)
14h Debates Temáticos Simultâneos
1.O financiamento da educação e as políticas de globalização
2. O conhecimento, a informação e o poder da mídia
3. A juventude, a educação e a democracia
4. Escola Cidadã: contraponto à mercantilização da educação
5. A formação profissional e a ilusão da empregabilidade

30 de Julho de 2004

9h Atividades auto-gestorizadas promovidas pelas entidades do Comitê Organizador do FME
14h Pôsteres - Apresentação de Trabalhos dos participantes

31 de Julho de 2004

9h Conferência - Solidariedade, democracia e paz: construindo um outro mundo possível, com Adolfo Pérez Esquivel (Argentina), Shirin Ebadi (Irã) e Marcelo Rezende (Brasil)
11h Aprovação das diretrizes e Encerramento

CARTA DE SALVADOR

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN reuniu-se em Salvador, de 4 a 10 de março de 2004, em circunstâncias dramáticas da vida nacional.

Os três pilares em que se apoiou o movimento docente, nas últimas décadas, por um Brasil justo, solidário e independente - a construção do movimento sindical classista, a luta dos sem-terra pela Reforma Agrária, e da universidade e do ensino públicos - encontram-se hoje sob um ataque cerrado, ameaçados de extinção. O principal responsável por esse ataque é um governo que, eleito por uma ampla maioria popular, transformou-se, com rapidez extraordinária, de portador da esperança em agente do medo e da desesperança, pela subserviência crescente aos ditames do capital financeiro e seus organismos internacionais - o FMI, o Banco Mundial, e outros.

O governo Lula da Silva, ao priorizar o cumprimento dos "compromissos financeiros internacionais", por meio da obtenção de crescentes superávits primários, baseados no arrocho do setor público como eixo da política econômica, abriu a porta para uma política de destruição sistemática de todas as conquistas sociais da população trabalhadora e das classes oprimidas. Assim, no mesmo ano em que o setor financeiro (bancos e outros) obtiveram lucros recordes, o governo empreendeu uma ofensiva destrutiva contra a previdência social pública e solidária, abrindo o terreno para uma nova fonte de acumulação parasitária de capital. Ao mesmo tempo em que foram concedidas anistias fiscais e benefícios tributários, sem precedentes, ao grande capital, o desemprego atingiu patamares históricos nas grandes capitais, submetendo cada vez mais famílias brasileiras à miséria. Enquanto o grande latifúndio era premiado com maiúsculas garantias e a política internacional voltava-se para a defesa dos interesses do agronegócio, famílias eram despejadas e trabalhadores do campo eram assassinados em dobro, em relação ao último ano do infiusto governo FHC.

A reforma sindical e trabalhista com a regulamentação/anulação do direito

de greve no setor público, a imposição legal-estatal do desmoralizado projeto do sindicato orgânico e a projetada legalização da precariedade e flexibilização do trabalho como figura dominante da relação laboral constituem hoje a continuidade da lógica da política ensejada em 2003. O objetivo de tais medidas nada mais é do que pavimentar os caminhos que levam a adesão à ALCA proposta pelo imperialismo norte-americano. Esse acordo, em versão light ou hard, nada mais é que uma política de colonização da América Latina pelos EUA para fortalecer seu alicerce histórico na luta interimperialista, tornada mais aguda pela crise mundial do capital, e para deixar suas costas protegidas no momento de impor a "ferro e fogo" a lei dos monopólios no Oriente Médio, no Iraque, na Ásia Central, na África, e em todas as regiões e nações oprimidas.

Não é de surpreender que esse governo, no seu intuito de tornar-se sócio menor, mas privilegiado, do capital financeiro internacional, venha representando o papel de bombeiro da rebelião popular na América Latina, em especial nas suas "missões" à Venezuela e à Bolívia ou que agora aprofunde esse papel, enviando soldados brasileiros ao Haiti, onde serão forçados a atuar como agentes da "pax americana" no Caribe, do mesmo modo que o fazem os cúmplices voluntários dos EUA na ocupação militar do Iraque, onde enfrentam uma brava resistência popular.

O governo Lula, em toda a sua política interna e externa, social, econômica e educacional, pauta-se, lamentavelmente, pelo atendimento dos interesses do grande capital mundial e de seus aliados locais. Com relação à educação superior, repete o mesmo cenário demográfico das políticas sociais "focalizadas", que eliminam até a noção do direito universal, base da democracia política. Com efeito, procura usar a histórica opressão de negros, índios, e outros setores, fruto de cinco séculos de espoliação colonial e imperialista, para criar uma nova fonte de subsídios ao semifalido sistema universitário privado (um dos maiores do mundo), por meio de reserva de vagas

pagas pelo Estado, ao mesmo tempo em que arrocha a universidade pública e submete à miséria salarial os seus professores e funcionários, assim como o restante do funcionalismo público, tudo sob a cobertura de uma suposta "reforma universitária" e de uma mais suposta ainda "universidade para todos".

Com base nas reivindicações dos trabalhadores, em especial dos trabalhadores da educação, dizemos chega! Chega de pagamento da dívida externa! Chega de anistia tributária para o grande capital! Chega de perdão aos grandes sonegadores! Chega de renúncia fiscal para capitalistas e pilantrópicos!

A esperança pode vencer o medo sim, mas se for baseada na luta. Na luta dos sem-terra por reforma agrária e pelo fim do latifúndio; na luta dos trabalhadores pelo emprego, pelo salário e pelas condições dignas de trabalho; na luta por um sindicalismo classista, democrático, autônomo e independente; na luta por um regime previdenciário e de segurança social, público e solidário que atenda dignamente a todos os que passaram suas vidas construindo com seu trabalho um Brasil melhor; na luta de todo o povo contra a ALCA, contra o FMI e demais organismos do grande capital internacional; e ainda na luta de professores, funcionários, negros, índios, jovens, por uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, para todos os que desejem nela ingressar, com vistas a se qualificar para construir um Brasil livre, justo, solidário e dos trabalhadores: um Brasil socialista, numa América Latina igualmente unida e socialista.

Temos todos, professores, estudantes, negros, mulheres, índios, jovens, sem-terra, sem-teto, trabalhadores do setor público e privado, do campo e da cidade, mais motivos do que nunca para lutar. O ANDES-SN conclama todo o povo brasileiro para essa luta e garante que ocupará, com mais valentia do que nunca, seu lugar na trincheira popular.

A LUTA É PARA VENCER!

ELEIÇÃO PARA REITOR

Comissão propõe plebiscito para decidir peso do voto

Depois de muita discussão, o Conselho Universitário (Consun) da Ufrgs elegeu uma comissão que irá tratar das próximas eleições para reitor, que devem acontecer ainda no primeiro semestre de 2004. Técnicos-administrativos e estudantes pressionaram para que a comissão fosse formada a partir do princípio da paridade, mas acabou vencendo a proporção de 40% de docentes, 20% de estudantes e 20% de técnicos.

A reitora Wrana Panizzi votou favorável à paridade e salientou que o mais importante é que o processo seja claro e

transparente e que o próximo reitor seja eleito com legitimidade. Votaram também a favor de um comissão paritária quatro professores, alunos e técnicos. O grupo ficou assim composto: Maria Cristina Ferreira (Letras), Jorge Mariath (Biociências) Claudia Lima Marques (Direito), Renato Brito (Engenharia) representando os docentes; Manoela D'Avila (IFCH), Ramaís Castro (Direito) representando os estudantes e Vânia Pereira (Administração) e Neco (Centro Sens. Remoto) representando os técnicos-administrativos.

A comissão reuniu-se no dia 23 de março e de forma consensual elaborou uma proposta de plebiscito, que aconteceria paralelamente às eleições, para decidir sobre o peso dos votos. A proposta será submetida ao Consun. Atualmente a proporção prevista em lei e utilizada pela Ufrgs é de 70% professores, 15% alunos e 15% técnicos. Uma lista tríplice é apresentada ao governo Federal que indica um nome, que pode ou não ser o mais votado. A universidade tem até o dia 27 de julho para entregar a lista tríplice ao MEC.

GREVE NO ESTADO

Professores aguardam posicionamento do governo

Professores e funcionários da rede pública estadual, em greve desde o dia 26 de março, esperam que o governo comece efetivamente a discutir a pauta de reivindicações nos próximos dias. Até o fechamento desta edição, não havia acordo entre as partes e na última reunião com o secretário de Educação foi descartada qualquer possibilidade de reajuste.

Eles reivindicam 28,8% de aumento – mesmo índice autoconcedido ao Judiciário no ano passado –, o pagamento

integral de valores de vale-transporte e vale alimentação, além de mudanças no Instituto de Previdência do Estado e no Plano Estadual de Educação (PEE/RS).

Desde que foi deflagrada a greve, o Centro de Professores do Rio Grande do Sul (Cpers Sindicato) vem visitando diversos estabelecimentos de ensino, esclarecendo a categoria e chamando à adesão. No dia 30 de março, a CUT/RS publicou uma nota denunciando a forma como o Governo do Estado vem tratando a greve. Leia abaixo a nota na íntegra.



Greve dos Servidores da Educação

NOTA OFICIAL DA CUT-RS

Desde os meses de janeiro e fevereiro, quando foram realizadas as caravanas pelo litoral gaúcho, a CUT-RS tem manifestado apoio e solidariedade ao movimento dos profissionais da rede estadual de Educação. Apoio e solidariedade que se transformam em participação efetiva na greve deflagrada no dia 26 de fevereiro.

Assim, a CUT-RS repudia a forma como o governo vem tratando este início de greve. Repudia de forma veemente o terrorismo praticado pelo secretário da Educação, José Fortunatti, que procura fazer uso de alunos e pais para tentar colocar a opinião pública contra a justa e democrática paralisação dos trabalhadores. O secretário tem afirmado que os dias parados serão recuperados somente a partir de janeiro de 2005. Ao fazer tal afirmação, mostra-se autoritário e prepotente. Os professores sempre recuperaram os dias parados, e o calendário de recuperação é sempre fruto de discussão democrática com a comunidade escolar, respeitando, sobretudo, a autonomia das escolas.

Ao contrário do que o governo quer fazer acreditar, os profissionais da Educação são (e estão) sensíveis à atual conjuntura econômica do Estado. Por isso não exigem a totalidade das perdas salariais acumuladas. Exigem apenas 28,8% de reposição salarial, mesmo percentual obtido no ano passado pelo Judiciário. Sem falar nos 54% sancionados pelo governo para os deputados estaduais. Portanto, mais do que se autoprolamar o governo do diálogo, o governo Rigotto tem que se apresentar, nas reuniões realizadas com os servidores, com propostas concretas. Reuniões sem propostas servem apenas para desgastar a relação entre as partes.

A democracia, porém, não se resume a receber os servidores para conversar. Ela se configura na apresentação de propostas e, mais do que isso, na não apologia do caos, da violência. Aliás, é pouco estratégico pregar a desordem num momento em que, tristemente, é lembrado os 40 anos do golpe militar que com pesadas botinas pisou na democracia brasileira, ceifando vidas e sonhos de milhares de brasileiros.

Quintino Severo, presidente da CUT-RS

PEE/RS

Educadores querem reformulação

Reunidos em seminário nos dias 19 e 20 de março, professores e entidades que compõem o Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública elaboraram um documento propondo a reelaboração do Plano Estadual de Educação (PEE/RS). O texto traz uma análise do PEE/RS produzido pelo governo e aponta princípios a serem observados na elaboração do plano. O Fórum quer que o novo Plano seja feito com a participação efetiva dos educadores e da sociedade.

Segundo informações da coordenação do Fórum, o projeto, que seria enviado para apreciação do Legislativo em novembro e posteriormente em março, se encontra parado nas mãos do governo. Em nota oficial, o governo garantiu não encaminhá-lo à Assembléia Legislativa enquanto continuar a greve dos professores estaduais, deflagrada no dia 26 de março.

A proposta elaborada pelo Fórum deverá ser entregue ao governador, ao presidente da Assembléia Legislativa, ao presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa e ao Conselho de Educação nos próximos dias. A Adufgrs, que faz parte da coordenação do Fórum, apresentou emendas, mas algumas entidades se posicionaram contra. Todos concordam com a necessidade de um novo PEE/RS.

O Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública é coordenado também pelo Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul (Cpers/Sindicato), Associação dos Trabalhadores da Educação do Município de Porto Alegre (Atempa) e Fórum dos Conselhos Municipais de Educação.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Seminário inicia oficialmente o debate na Ufrgs

Com a celeridade da discussão nacional sobre a Reforma Universitária no Brasil, proposta pelo governo federal, professores e técnicos-administrativos da Ufrgs iniciam o debate oficial sobre o tema. Carreira, autonomia e o próprio papel da universidade pública estiveram em discussão durante o seminário "A Reforma Universitária", no dia 30 de março. Os professores sabem que também vão precisar enfrentar questões tidas como tabu pela comunidade acadêmica.

Rodrigo Schwarz

O evento, promovido pela direção central da Ufrgs, desempenha um papel preparatório, já que o tema voltará a ser debatido em uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que ocorre no final de abril, em Porto Alegre. Para Maria Alice Lahorgue, pró-reitora de Planejamento e Administração da Ufrgs, é necessário obter um preâmbulo do posicionamento da comunidade de professores da Ufrgs em relação à Reforma Universitária. "Na reunião de março, participarão mais de mil professores. Precisamos agora levantar as perguntas que serão respondidas no próximo encontro", explica.

A grande preocupação de Maria Alice é com o pouco tempo que resta para a discussão da Reforma. "É importante que cada instituição tire um posicionamento sobre os temas que envolvem a Reforma Universitária. Temos um tempo muito reduzido para influenciar parlamentares e a opinião pública sobre mudanças importantes para as universidades públicas", assinala. Entre estas mudanças, um assunto que foi consenso entre os professores presentes é a alteração do papel estratégico da universidade pública no projeto de Nação. Segundo os professores, o Estado deveria aproveitar o conhecimento inerente às universidades na formulação de políticas nacionais.

Se até décadas atrás havia mais clareza sobre os projetos de Nação, nos últimos anos este ficou apagado por questões críticas e emergenciais, como o combate à inflação e o pagamento da dívida externa. O montante de investimentos na educação superior, ou nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, são demonstrativos do projeto de Nação. As atividades econômicas que atualmente permitem vantagens competitivas ao país são aquelas em que houve grande investimento público na formação de pessoal e na pesquisa. Portanto, hoje, é necessário um novo pacto nacional, onde a universidade tenha papel estratégico.

Mesmo as universidades brasileiras ainda não exercendo uma função de pla-

nejamento dentro dos ministérios em Brasília, o debate também tratou da importância da Ufrgs na elaboração de soluções de grandes problemas do Rio Grande do Sul. Décadas atrás, quando o Estado não era capaz de comercializar sua produção avícola, devido a uma grave patologia, foi a universidade que saiu o problema. Hoje o setor avícola é de enorme importância para a economia do sul do país. A Reforma Universitária deve possibilitar que a sociedade se incorpore nos projetos desenvolvidos pela universidade, tornando a opinião pública uma defensora acirrada do ensino superior gratuito, dado seu grande potencial como executor e formulador de políticas públicas.

Autonomia de "migalhas"

Em relação à autonomia universitária, os presentes concluíram que ela compõe-se de aspectos acadêmico, patrimonial, financeiro e administrativo, sendo o financeiro a questão maior. Autonomia universitária requer um projeto e uma definição do papel da universidade, além de mudança na estrutura administrativa. Precisa fixar sua competência e estabelecer seus próprios limites, necessitando de um mecanismo que regule as relações entre o governo e as Ifes. Também é preciso a proposição de uma lei orgânica para as universidades, que legitime e ofereça controle de processo adequado à realidade universitária. É necessário que haja condições financeiras para o sustento da universidade, ampliação da captação de recursos e controle dos recursos extra-orçamentários. A luta dos professores será para combater o que hoje é chamada de autonomia de "migalhas".

A manutenção do caráter da gratuidade foi unânime entre os participantes, entretanto, para muitos, não pagar pelo ensino não é o bastante. A Reforma precisa criar mecanismos que dêem condições a uma pessoa de baixa renda manter-se na faculdade. "Além disso, os custos da educação superior têm de ser mais detalhadamente apurados e divulgados, inclusive com comparações entre



Oficina: professores e técnicos da Ufrgs começam a debater a Reforma Universitária

tipos de cursos e instituições. Precisamos também de mais clareza na demonstração dos nossos compromissos e do nosso trabalho", afirma a professora Ana Maria Braga, secretária de Avaliação Institucional da Ufrgs.

Desperdício de mão-de-obra

Um assunto que preocupa e que não pode passar ao largo da Reforma Universitária é a situação dos professores substitutos. A Ufrgs conta atualmente com 2 mil professores efetivos e 476 substitutos. Na condição de substituto, os professores, muitos deles doutores com dezenas de publicações, são impossibilitados de concorrer a melhores cargos dentro da universidade. Assim, ao término dos contratos, a universidade pública perde para a rede privada excelentes professores. Para as faculdades particulares este sistema é um grande negócio, já que contratam mão-de-obra formada pelo Estado e jogada fora pelas universidades públicas.

Dimitrios Samios, pró-reitor de Recursos Humanos da Ufrgs, chama a atenção para a divisão entre pesquisa e aula, na carga horária do professor. "Com a Reforma, precisará ser discutido se alguns professores darão apenas aula, e se outros apenas exercerão a função de pesquisador. Hoje, o docente tem uma carga de 20 horas para dar aula e outras 20 para a pesquisa. Mas na prática, faltando professores para dar aulas, como isto vai ficar?", questiona. Samios concorda que a pesquisa é essencial para a constante qualificação do profissional e da própria sociedade. Contudo, levando em conta a realidade orçamentária e o déficit de docentes nas universidades, o tema precisa ser tratado de forma honesta pela Reforma Universitária.

Temas tabus

Antes que o Ministério da Educação chegue à redação final da Reforma Universitária, os professores sabem que vão enfrentar alguns temas tidos como tabus na comunidade acadêmica. Por exemplo, a questão da reforma dos departamentos. Todos concordaram que há departamentos inflados de docentes e outros operando com um número muito reduzido. Esse é um problema que as universidades nunca conseguiram resolver internamente. Outro ponto polêmico é a questão dos técnicos-administrativos. Na visão de muitos da classe, eles são vistos apenas como objetos. "Ainda servimos como moeda de troca entre os departamentos", observa Tonia Duarte. Segundo ela, o corpo docente tem uma dificuldade de aproveitamento dos técnicos existentes. "É relevante a opinião de alguns professores de que os técnicos trabalham sem muita disposição. Mas isto tem um motivo. Há muitos que são até doutores, mas exercem atualmente funções muito abaixo de seu potencial. Não podemos excluir os técnicos do papel de pensar a universidade", conclui.

A posição de Tonia foi bem acolhida pelos professores, que concordam sobre a necessidade de reavaliar o papel dos técnicos e de um plano de carreira para a classe. Quanto aos docentes, a Reforma Universitária precisa abordar a reestruturação de suas carreiras, levando em conta os seguintes aspectos: salários nacionais com respeito à diversidade, maturidade e crescimento institucional; diferenciação dos servidores das universidades frente aos demais servidores públicos. "Temos que falar claramente sobre o que diz respeito às carreiras, chegar a uma posição consensual sobre carreiras nacionais", afirma Maria Alice.

Darsi Barnech Campani - professor do Departamento de Engenharia Mecânica / Ufrgs

Rumos para a reforma universitária

Realmente já está mais que atrasada a tal reforma universitária. Ainda vivemos sob a égide da Reforma de 68, que trouxe avanços ao ensino universitário, mas que, evidencia a urgência por mudanças. Com a intervenção nas entidades estudantis, a Reforma de 68 foi realizada dentro de uma lógica de destruição do Movimento Estudantil e de qualquer forma de organização. Hoje, depois de já terem sido reconquistadas com muita luta, agregou-se o Movimento Docente, hoje um dos mais organizados do mundo.

Vários itens poderiam ser lembrados, mas devemos focar a discussão da Reforma na qualidade do ensino e no objetivo e objeto em si do mesmo, pois senão podemos fazer uma grande e bela reforma sem trocar o essencial. E o que é o essencial? É o ser humano que está sendo formado, a sua capacidade de intervir na sociedade e a sua visão de mundo.

Na Reforma de 68, os cursos foram desestruturados, passando os departamentos a serem o centro das decisões e a base da organização da estrutura das universidades. A base da argumentação estava na utilização mais racional dos recursos humanos das universidades, pois que um determinado curso teria professores de disciplinas que outro curso também teria, ambos lecionando conteúdos semelhantes, mas com lotações distintas na universidade. Com o discurso da racionalização os professores foram relotados num mesmo departamento.

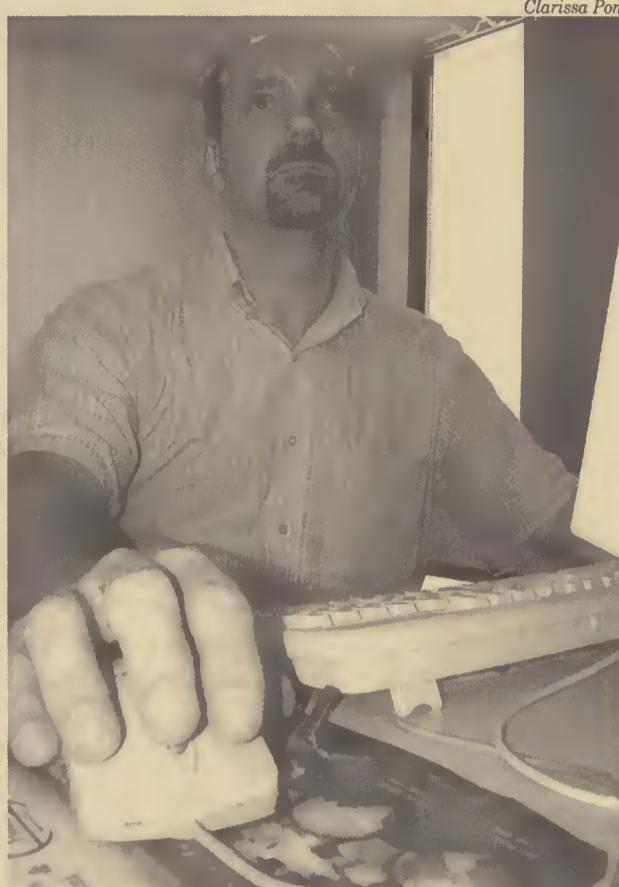
A primeira vista parece realmente muito lógico, só que os professores tinham formações completamente distintas e davam aulas para futuros profissionais que deveriam ter formação bastante diferente. Falo isto por experiência própria. Em 1975, quando fazia a disciplina de Cálculo do curso de Agronomia, o professor que iniciou o semestre, era ex-professor do Departamento de Engenharia Rural da Faculdade de Agronomia da Ufrgs. Departamento este extinto, sendo seus professores e disciplinas distribuídos para outros departamentos.

A disciplina de Cálculo, agora no Departamento de Matemática Pura e Aplicada, absorveu em 68 o seu único agrônomo, pois quem dava aula de Cálculo para a Agronomia era um engenheiro agrônomo, numa visão paulofreiriana. Não havia fato mais coerente, pois o agrônomo falava o que o futuro agrônomo realmente precisava saber, no mesmo linguajar professor e aluno.

No meio do semestre o professor agrônomo se aposentou e foi designado para a disciplina um outro professor do Departamento de Matemática Pura e Aplicada, um dos mais brilhantes matemáticos de nossa universidade, mas que não tinha jamais chegado perto de uma plantação, portanto não sabia, e pelo seu nível de conhecimento não teria porque saber, quais os conteúdos necessários de Cálculo para um futuro agrônomo.

Este exemplo simplesmente procura demonstrar de maneira simples o produto final de um dos itens da Reforma de 68. Os cursos se esvaziaram, os alunos não recebem mais conteúdos necessários para o seu futuro, mas sim muitas vezes conteúdos esterilizados de conhecimentos estanques. Não podemos deixar de reconhecer o esforço de alguns professores que lecionam disciplinas de outros cursos e que procuram desenvolver um conteúdo aplicado. Mas isto é um esforço individual, pois não está previsto na estrutura atual. O professor que se dedica a esta atividade jamais será devidamente reconhecido.

Mas voltando a Reforma de 68, ela era criticada,



Campani: um item essencial para a Reforma Universitária deve ser a volta dos cursos como o centro da base gerencial da universidade

pois nesta visão racional da universidade, o aluno, ao entrar no curso, estaria realizando disciplinas que hora tinha determinados colegas, na disciplina seguinte outros e se estivesse com cinco disciplinas, teria cinco turmas completamente diferentes. Diante disso como articular o Movimento Estudantil se o aluno não conhece nem os próprios colegas, como questionar o conteúdo ministrado se o próprio professor nada tem a ver com a futura profissão do aluno?

Pois a visão era de que os conteúdos programáticos são coisas estéreis e com isto podemos colocar numa mesma sala estudantes de vários cursos, passarmos um determinado conteúdo e pronto, já que o conteúdo está pronto e nem sequer deve ser questionado. Poderíamos até responder: "Bem, mas criemos disciplinas distintas e o conteúdo será adaptado". Infelizmente quase 40 anos depois esta não é a realidade.

Vivo na Ufrgs há quase 30 anos e poderíamos até afirmar que não tenha sequer um curso em nossa universidade que não tenha pelo menos uma disciplina em tal situação e que a Comissão de Carreira tente repetidamente resolver. Mas o problema se transfere, pois pela dicotomia criada na Reforma de 68, o curso é da Comissão de Carreira, mas o professor está lotado no Departamento. E as prioridades do Departamento nem sempre permitem que o mesmo atenda a todas as demandas de todas as Comissões de Graduação. E a solução do problema fica para mais adiante.

Alguns cursos já a acharam: são vários exemplos de disciplinas, que após uma pequena alteração no nome foram reassumidas pelos departamentos (cursos) de origem, sendo hoje dada com enfoque no curso. Portanto um item essencial para a Reforma Universitária deve ser a volta dos cursos como o centro da base gerencial da universidade, acabando com conteúdos esterilizados de muitas disciplinas.

FME SÃO PAULO Evento define prioridades

O Fórum Mundial de Educação de São Paulo, realizado de 1º a 4 de abril na capital paulista, reuniu cerca de 100 mil pessoas e definiu 15 pontos que deverão ser incorporados à Plataforma Mundial de Educação. O evento, que teve como tema central "Educação Cidadã para uma Cidade Educadora", foi preparatório para o Fórum Mundial de Educação, que acontece em julho, em Porto Alegre.

Os pontos são os seguintes:

1. Desmercantilizar a educação e garantir a sua natureza pública.
2. Tornar a cidade um espaço intencionalmente educativo.
3. Trazer para o currículo e para a escola o conhecimento e as experiências da cidade, do campo e de suas comunidades.
4. Incorporar ao currículo a leitura da cidade, do campo e do mundo, realizada pelos educandos e educandas, a partir de suas identidades culturais.
5. Combater a manipulação do conhecimento da comunidade como instrumento de exclusão social.
6. Ampliar os espaços de interrelação entre comunicação e educação por meio das experiências de produção dos meios de comunicação nas escolas a partir de uma perspectiva de gestão democrática.
7. Priorizar e ampliar os recursos públicos para a educação, concebida como dever do estado.
8. Desenvolver a pedagogia da participação democrática, consolidando o caráter público dos espaços educacionais da sociedade.
9. Incentivar a formação permanente e sistemática dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação como uma das condições de construção do conhecimento.
10. Educar para a sustentabilidade de modo a articular as diferenças ambientais, sociais e culturais, preservando a singularidade dos sujeitos.
11. Garantir a cultura como foco de mediação permanente nas instâncias educativas e combater a sua massificação e mercantilização.
12. Reconhecer a concepção de escola pública, popular e cidadã como parte do processo de construção de uma cidade educadora.
13. Reconstruir a universidade pública, garantindo sua autonomia e sua qualidade social na produção e na irradiação do conhecimento.
14. Reconhecer a criança e o jovem em todas as suas identidades sociais como agente criativo, criador, crítico e participante da construção do conhecimento na cidade educadora.
15. Garantir o direito ao acesso e à permanência, em condições cidadãs, aos deficientes na cidade educadora.

40 ANOS DO GOLPE MILITAR

Professores relembram os Anos de Chumbo

Há 40 anos, no dia 31 de março de 1964, a democracia brasileira sofria um de seus maiores golpes. Apoiados pela elite e pela ala conservadora da igreja católica, os militares depuseram João Goulart, eleito pelo povo, e se instalaram no poder, dando início a uma época de autoritarismo, terror e medo, que se estendeu até o final da década de 70. O argumento usado foi de que precisavam garantir a segurança nacional, "ameaçada" pelas reformas de base anunciadas por Jango. A partir do Golpe, protestos e prisões aconteceram em todo o País, que passou a ser governado através de atos institucionais. O primeiro deles, o AI-1, autorizava a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos. Todos os que não concordavam com o regime passaram a ser perseguidos, muitos foram torturados e mortos e outros tantos desapareceram. A partir de 1968, na medida que os grupos guerrilheiros radicalizavam suas ações e que os protestos nas ruas se tornavam mais freqüentes, aumentou a perseguição a políticos, artistas, estudantes, sindicalistas e intelectuais. O governo instalou a censura e proibiu qualquer tipo de manifestação popular. O Congresso Nacional foi fechado em 1969 e o AI-5, o mais cruel dos atos institucionais, cassou dezenas de mandatos, permitiu intervenção em estados e municípios, suspendeu garantia de habeas corpus em casos de crimes contra a segurança nacional e confiscou bens. A censura e a perseguição atingiram em cheio as universidades e centenas de professores, considerados subversivos, foram afastados de suas atividades. Na Ufrgs, os expulsos aconteceram em dois momentos, 1964 e 1969. A seguir, quatro professores expulsos do Golpe Militar lembram os Anos de Chumbo até a Anistia, quando iniciou a reabertura do País à democracia.

A universidade depois do Golpe Militar

Logo no início do Golpe, a Universidade do Rio Grande do Sul foi duramente atingida e os setores mais afetados foram a Arquitetura e a Filosofia. O ataque aos professores fazia parte de uma estratégia de mudar a

Carlos Maximiliano Fayet é arquiteto e professor aposentado da Ufrgs, onde começou a lecionar em 1958. Em 1969 foi expurgado, retornando em 1981, depois da Anistia. Como arquiteto projetou alguns dos mais importantes prédios do Estado como o Palácio da Justiça e o auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, e a Refinaria Alberto Pasqualini, na região metropolitana. Representou o Brasil em júris internacionais da União Internacional dos Arquitetos na Argentina em 1969, na Bulgária em 1972 e na Espanha em 1975. Aos 74 anos continua trabalhando e atualmente se dedica à recuperação e à restauração do Palácio da Justiça, na Praça da Matriz. Este depoimento foi dado ao Arquivo da Luta contra a Ditadura, entidade ligada ao governo do Estado.

A Faculdade de Arquitetura

Arquitetura sempre foi uma escola muito atuante, muita ativa e corria em duas direções paralelas. Uma que diz respeito à formação profissional e outra relacionada à política. Naquela época existiam dois cursos, um no Instituto de Belas Artes e outro na Engenharia e achávamos que a arquitetura deveria ser uma faculdade, com personalidade própria. Chegamos a colher assinaturas pedindo a criação da Faculdade de Arquitetura e fizemos uma grande manifestação. O diretor, que era contra, chamou a polícia. Depois, a faculdade foi finalmente criada através de uma lei proposta pelo então senador Salgado Filho. Mas haviam muitas dificuldades, como a fusão dos dois cursos e a necessidade de atualizar o ensino, naquela época calcado no modelo da Escola Nacional de Belas Artes, que utilizava os padrões de Paris. Achávamos que um curso dessa natureza, tão intimamente ligado à realidade do País, às questões da cidade, da habitação, precisava entender melhor o mundo e o lugar em que vivíamos. Defendímos que, do currículo, deveriam fazer parte não apenas as disciplinas de formação meramente profissional, mas outras que ajudassem a entender a realidade do País. Adotamos uma prática de realizar um seminário de discussão do ensino no início de cada ano letivo como parte das atividades curriculares.

A universidade antes do Golpe

Todo mundo sabe que antes de 1964 já se preparava uma grande mudança na vida universitária brasileira. Haveria uma transformação profunda nos cursos, que até então eram seriados e compactos. Existia a cátedra vitalícia e as disciplinas eram independentes. A reformulação resultou na criação de departamentos, na matrícula por disciplina, na extinção da cátedra vitalícia e principalmente na organização dos campi em todo o Brasil. Os estudantes defendiam a tese de que a universidade não deveria se isolar nos campi universitários e ficar à parte do cotidiano da cidade. Nós éramos contrários à cátedra vitalícia no que se refere ao uso por parte do detentor, que não podia ser afastado, por pior que fosse. Por outro lado, a destituição da cátedra vitalícia tornava o professor vulnerável. Assim como um professor podia não interessar pela sua capacidade didática, teórica, também podia não interessar por suas idéias políticas. Isso foi muito usado, posteriormente, para justificar os expulsos.

formação política dos jovens. Proibia-se as reuniões e punia-se as escolas que permitissem a ausência coletiva às aulas. A ditadura estava bem centrada, ela conseguiu conter qualquer tentativa de reação. E assim como havia professores revoltosos com o regime, havia os que concordavam e ajudavam. Dentro da reitoria ficava um coronel do Exército, pelo qual deveriam passar todas as decisões importantes da universidade. Havia muita intimidação. Apesar de eu não ter sido expurgado em 1964, fui chamado várias vezes a depor. Eu era também funcionário da Prefeitura, de onde muitos funcionários foram exonerados. Os professores expulsados eram proibidos até de entrar na universidade e os que faziam parte de movimentos considerados subversivos se demitiram e não retornaram após a anistia.

A viagem a Cuba

Em 1963, acompanhei um grupo de estudantes que apresentaria um projeto no Congresso Internacional de Arquitetura em Cuba. Fomos em um navio russo que saiu de Santos com cerca de 300 estudantes e professores. Comprei muitos livros que chegaram às vésperas do Golpe Militar. Então os militares não tinham dúvida de que eu era subversivo. Nos interrogatórios, essa era sempre a questão inicial. Queriam saber o que fui fazer em Cuba, se eu era comunista. A minha ida a Cuba foi a gota d'água.

Os interrogatórios

Lembro-me que em um dos interrogatórios, o capitão que datilografava se sobressaltou quando o coronel me perguntou se eu era credível em Deus. Eu disse que não tinha nenhuma razão para acreditar, assim como não tinha razão para dizer que Deus não existe. Ele me perguntou: "O senhor é ateú?". Eu disse: "Bom, se quiser botar aí que eu sou, pode botar, porque está mais perto do que dizer que eu sou religioso". Aí o capitão deu um sorriso e depois me confidenciou que também era ateú.

As perguntas giravam em torno das atividades e da luta contra a reforma do ensino tal como já vinha pronta dos Estados Unidos. Ainda assim, em 1964 eu passei por média e escapei do expurgo. Não porque eu fizesse questão de ser ou não punido, mas eu tinha um compromisso com a verdade. Comunista eu não sou, gostaria de ser, mas não sou. Não me sinto suficientemente disciplinado para ser um comunista.

O Auditório Araújo Viana

Pelo projeto original do auditório, ele seria construído mais próximo da Oswaldo Aranha. Devido ao barulho, pois por ali passavam bondes, resolvemos construir-lo mais afastado. Fizemos umas paredes laterais, para que o ruído da avenida não atrapalhasse a platéia e também para melhorar o som interno. Sobre

as paredes haviam marquises para proteger o público no caso de chuva. Ele tem uma forma ovalada. Visto de cima parece um ovo cozido cortado ao meio. O meio é circular, que seria a gema e por fora tem uma das extremidades mais alongada. E há uma torre para iluminar a platéia que na ponta tem um refletor semelhante ao de um farol para sinalizar quando houvesse um espetáculo. No final de um dos interrogatórios me perguntaram: "Em que o senhor se inspirou para fazer o projeto do auditório Araújo Viana?". Foi a primeira pergunta que respondi com prazer. Afinal, estava relacionada com concepção arquitetônica. Na saída, um procurador do município, que fazia parte da comissão, me pegou pelo braço e disse que alguém teria comentado que o auditório visto de cima parecia a foice e o martelo (símbolo do comunismo). No dia seguinte, subi em um prédio alto que estava sendo construído na Oswaldo com o Cauduro para me certificar se o auditório de fato parecia a foice e o martelo. Realmente quando bate o sol, de um certo ângulo, a torre e a curva da marquise projetam uma sombra que parece a foice e o martelo. Aí me dei conta que eles haviam visto a sombra e associado. A paranoia faz parte da vida das pessoas, cada um tem a sua.

O expurgo em 1969

Fiquei sabendo que havia sido expurgado pela televisão. Não esqueço porque era o dia do aniversário de minha mãe, 31 de agosto. Depois de 1964 eu continuei seguindo a mesma linha política na escola, lutando contra a reforma do ensino, por melhorias na universidade, contra o ensino pago. Em 1967 o ensino na Faculdade já havia se deteriorado muito, por uma série de razões, o que tornava necessário a realização de um seminário para discutir o ensino superior. Os estudantes, que não estavam contentes com muitos professores e com o conteúdo de algumas disciplinas, queriam a realização do seminário e foram comunicar ao diretor. Ele disse que não podia haver ausência coletiva às aulas, que o seminário não era uma atividade docente, não fazia parte do conteúdo de nenhuma disciplina. Criou-se um clima tenso, senti que aquilo não ia dar coisa boa. Depois de muita insistência o diretor disse que não tinha autonomia para autorizar a realização do encontro e que era preciso falar com o reitor. Fomos falar com ele e diante da negativa eu disse que as coisas ficariam complicadas se não houvesse o seminário. Ele tomou aquilo como uma ameaça, colocou um gravador em cima da mesa e disse: "O senhor pode repetir o que falou?". Eu respondi que sim e repeti tudo. Falei sobre a disposição dos alunos e professores, da expectativa com relação ao seminário, da necessidade de realizar o encontro. Acho que aquilo foi a marca definitiva no lombo.

Acesso a documentos

Nunca procurei ter acesso aos arquivos. Constava que o ato dos expurgos havia sido assinado pelo presidente Costa e Silva¹ no dia 31 de agosto. Mas como ele poderia ter assinado se nesse dia estava viajando para o Rio de Janeiro para consultar com o Doutor Paulo Niemeyer². Então eu e outros professores movemos uma ação judicial alegando que o ato não poderia ter sido assinado pelo presidente. Nossa advogado conseguiu várias testemunhas e a perícia concluiu que o documento havia sido datilografado depois do papel assinado e dobrado. E a tese do nosso advogado era de que as demissões não foram um ato do Presidente da República, única pessoa que tinha a competência para assinar. Aí a União se defendeu alegando que era praxe assinar documentos importantes em branco e entregar a pessoas de confiança. O nosso advogado rebateu dizendo que o presidente da República não poderia passar procuração a ninguém para assinar qualquer ato, muito menos assinar um documento em branco, mas não adiantou. Não sei se os outros atos foram feitos assim, mas no meu caso específico ficou comprovado que era um ato ilegal.

Os anos longe da universidade

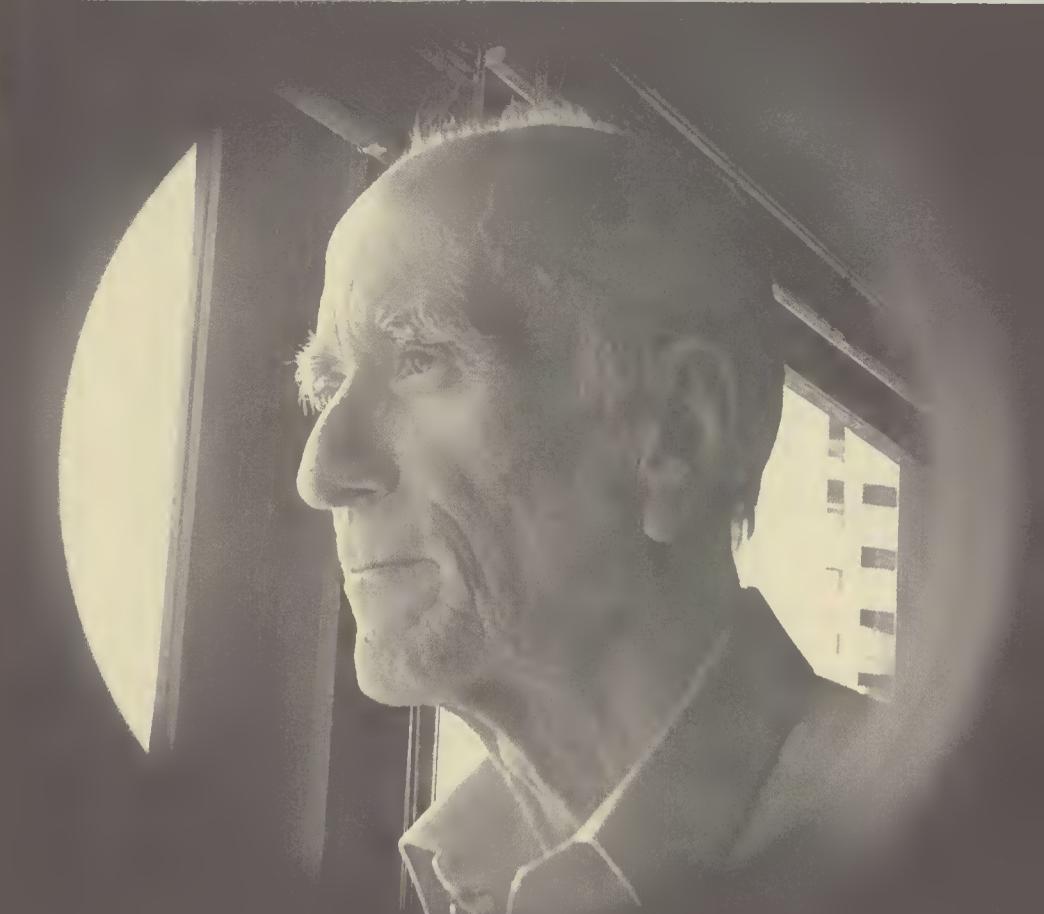
Quem é dependente de droga, álcool, fumo, sabe o que é ficar sem beber ou fumar. Um professor sabe o que é não poder dar aulas. Então eu levantava cedo, pegava o carro e quando via estava de frente à Faculdade de Arquitetura, mas não podia sequer entrar. A primeira semana foi terrível. Para mim foi tão cruel ter sido expulso em 1969, porque exatamente em 1968 eu havia fechado meu escritório e tomado a decisão de me dedicar apenas ao ensino e a minha atividade no Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Então justamente quando eu decidi me dedicar só ao ensino, me cortam a possibilidade de ensinar. Para mim, fecharam-se todas as escolas. Não recebia nem convites para ministrar palestras ou participar de algum seminário.

O retorno

Quando veio a Anistia e fomos convidados a retornar, eu fiquei dividido. Fui à reitoria com duas cartas, uma aceitando e outra não. Eu tinha vontade de dar aulas, mas não queria ver aquele ambiente terrível. Haveria eleição na Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura e os colegas queriam que eu fosse candidato, mas para isso precisava ser professor. Aquilo me ajudou a aceitar. Tive o cuidado de voltar como auxiliar de ensino, apesar de ter saído como catedrático. Muita gente eu não conhecia, não era a mesma casa, mas fiquei lá até me aposentar.

¹ Adhemar da Costa e Silva, governou o Brasil de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, quando foi afastado por problemas de saúde.

² Írmão do arquiteto Oscar Niemeyer, médico neurologista de renome nacional, falecido no dia 10 de março de 2004, aos 89 anos.



Os movimentos sociais antes do Golpe

Um pouco antes do Golpe havia um grande movimento de massas pelas reformas. E o poder, a classe dominante brasileira, sobretudo os militares, tinham um medo louco de povo, de mobilização de massa. Aliás, isso é uma coisa intrínseca na formação do militar. Eu saí do Brasil e fui fazer missões para as Nações Unidas na Bolívia e depois no Peru, ambos dirigidos por militares, e percebi a mesma coisa. Faz parte da formação deles. Onde tem povo metido no meio, eles têm medo que se pelam. Naquela época eles temiam as reformas, que eram a bandeira do PTB, do Jango e do Brizola aqui no Rio Grande do Sul. Com a ascensão do Jango, esperava-se que as reformas fossem postas em prática. Então foi se preparando um ambiente para evitar que essas coisas tivessem curso. Isso vai até 1964. Aí veio o Golpe e nunca mais se falou em reforma, até o governo Lula. Mas as reformas de agora não têm o apoio da massa, o povo não está nas ruas como naquela época. As reformas agora são tratadas entre cúpulas e existem as brigas de composições, que eles chamam de governabilidade. Antes do Golpe, a massa estava a fim de por fogo no circo e isso dava um medo espantoso na classe conservadora.

A notícia do Golpe dentro da universidade

Eu particularmente imaginei que aquilo não seria nada, até porque foi 31 de março, passagem para 1º de abril. Tenho um filho que faz aniversário dia 31 de março e estávamos em festa quando soubemos da notícia. Como já haviam dado umas quarteladas antes eu pensei: "Isso é uma manifestação de grupos". Todos esperavam que fosse uma coisa transitória e pequena. Na verdade, foi tomando corpo e acabou mudando o País. Rompeu com toda a tradição democrática que vinha sendo construída desde os anos 30. Tínhamos enfrentado a ditadura do Getúlio, mas havia uma expectativa de consolidação da democracia brasileira. O Golpe foi um balde de água fria.

A classe dominante, quando tem confiança na esquerda, entrega o poder, como aconteceu agora com o Lula. Quando não tem confiança, ela não entrega, dá o golpe. A burguesia não constrói o poder para depois perdê-lo. Nós da universidade achávamos que o Golpe era uma bagagem, que não teria consequência alguma. Quando começaram a sair expurgos daqui, expurgos dali, aí percebi que a coisa era séria.

Os motivos do expurgo

Na composição dos escolhidos dava de tudo: questões pessoais e ideológicas. Por exemplo, o professor Fiori¹, da Filosofia, apareceu na lista porque apoiava a participação

dos estudantes no Conselho Universitário. No meu caso, eu militava no Partido Comunista, mas depois eu me afastei, quando começaram a aparecer os crimes cometidos na União Soviética. Os movimentos de esquerda que eu achava justos e corretos eu apoiava, participava. Nesse período, eu trabalhava no governo do Estado, fazia parte do grupo de planejamento econômico e administrativo, função na qual havia me especializado no Chile. Aí o Brizola perdeu e o Ildo Meneghetti, da direita, assumiu o governo. Eu pensei: "Agora vamos todos embora". O coordenador Zuza Aranha, irmão do Oswaldo Aranha, nos chamou e disse: "Não quero misturar política no trabalho de vocês. Quero que vocês permaneçam conosco." E nós ficamos, mas o relacionamento era puramente profissional. Isso foi em 1963. Em 1964 veio o Golpe e o próprio governador nos disse: "Olha, eu não tenho como defender vocês", sobretudo a mim, que era mais velho, mais conhecido. O expurgo foi uma coisa incrível, porque eu nunca levei a sério aquela comissão de inquérito que era chefiada pelo professor Nagipe Buaes² e era integrada também pelo professor Laudelino Medeiros³. Os dois eram os dedos-duros na Faculdade de Economia. Acontece que os alunos haviam feito uma enquete para classificar os professores segundo a metodologia de trabalho, bibliografia, eficiência etc. Botaram o Nagipe em último lugar e eu em primeiro e ele achou que eu era responsável por aquilo e me botou na lista. A primeira pergunta da comissão de inquérito foi por que indiquei um aluno que havia sido reprovado na cadeira do professor Buaes para uma bolsa de estudos da ONU. Eu disse: "Essa pergunta não é para mim. O senhor tem que perguntar para o secretário-geral das Nações Unidas porque ele aceita aluno reprovado em um disciplina". Todos riram, porque ficou uma coisa vazia, uma coisa ridícula. Aí ele fez uma ou outra pergunta e acabou. E eu pensei: "Isso aqui é só para mostrar aos militares que existe uma comissão de inquérito". Não acreditava que dali saísse alguma coisa. Saí de lá tranquilo, porque o Nagipe nem era levado a sério por muitos. Ele era um cara meio excêntrico, muito engraçado. Nunca imaginei que fosse conduzir uma questão dessas a esse ponto, de admitir a expulsão de um colega. Mas quando vi, saiu meu nome expurgado da universidade. Eles colocavam na lista as pessoas que não gostavam, desafetos pessoais.

Depois do expurgo

Eu estava fazendo alguns projetos para a CEEE, mas os milicos "baixaram o santo" lá e me botaram para a rua. Fui trabalhar na iniciativa privada e de novo vieram os militares e interferiram. Aí pensei:

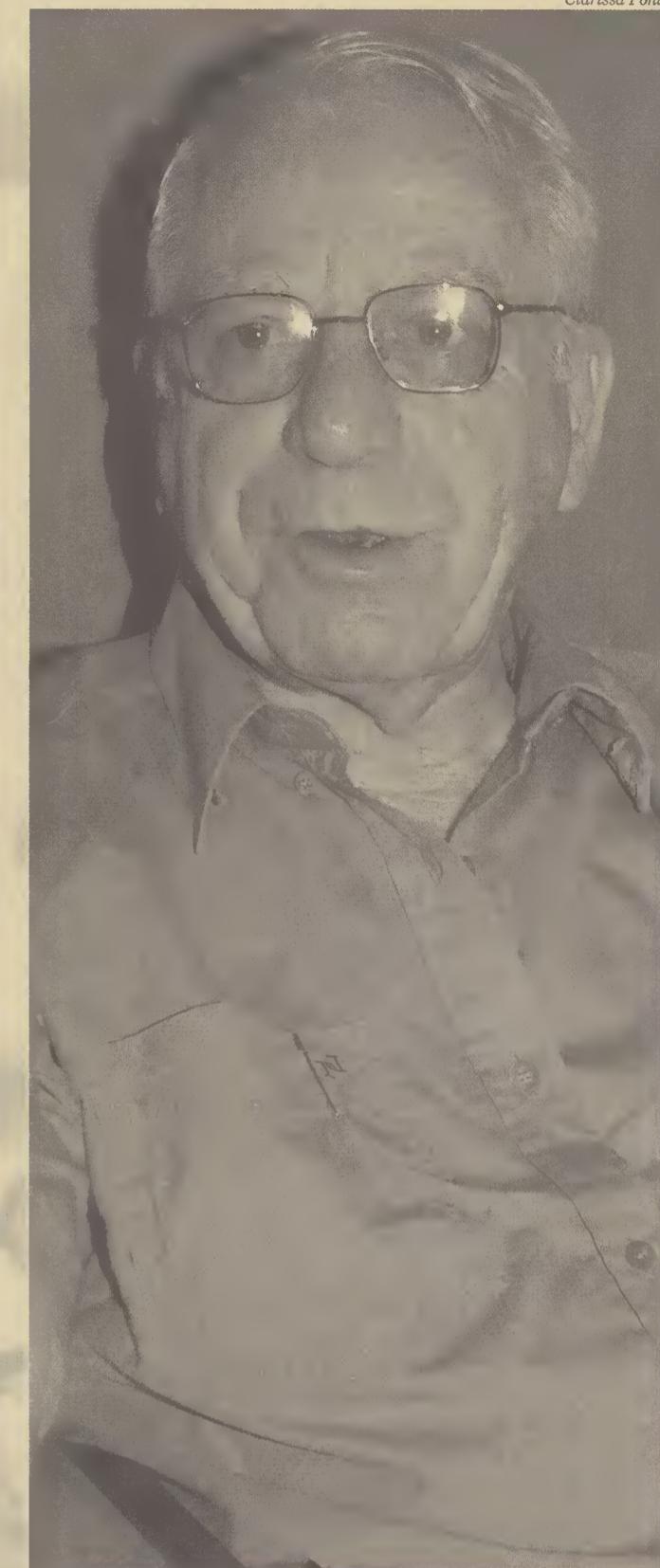
"Agora vou ter que me mandar do Brasil". Fui para o Chile, depois para a Bolívia e Peru. Quando voltei, eu e alguns colegas montamos uma construtora, numa época em que o País investia muito em construção civil. Em 1981, quando veio a Anistia, relutei muito antes de voltar para a universidade, mas meus amigos me incentivaram e acabei voltando.

A universidade no final da ditadura

Encontrei a universidade muito diferente do meu tempo, muita chata. Mudou tudo, o ambiente era outro. Antes o professor era responsável por uma área. Quando voltei o professor podia dar várias disciplinas. Aquilo me espantou, por que como é que o sujeito pode dominar tantas áreas? Só podia mesmo baixar o nível do ensino. Aquilo me fez suspeitar de que naqueles anos todos a universidade havia ficado menos séria, menos eficiente, menos comprometida com a qualidade, embora os quadros que encontrei fossem muito superiores porque havia muito mais gente com mestrado, doutorado. Mas era gente sem experiência, que tinha apenas formação acadêmica. Do ponto de vista acadêmico eram melhores, mas para formar profissionais aptos a trabalhar no mercado, eu tinha minhas dúvidas. Larguei outras atividades para me dedicar integralmente à universidade. Precisava estudar coisas novas porque dava aulas de matérias que não eram da minha formação. A universidade passou a ser muito integrada ao governo e nós tínhamos um papel importante de preparar novas formulações e novas linhas de trabalho. Esse foi um período muito rico para mim.

A ditadura na Bolívia e no Peru

Os militares na Bolívia demonstravam um total desinteresse pelas coisas da nação. Saí expulso de lá, porque passei para uns amigos, que eram contra o governo, um relatório secreto que eu havia feito para a ONU. O documento foi publicado no jornal e me deram 24 horas para deixar o país. No Peru havia uma gente muito mais intelectualizada. A ditadura militar foi igual em toda a América Latina. No poder, estavam alienados que não queriam mudar coisa nenhuma. Queriam apenas viver bem, arrumar a vida deles e da família. Até hoje, a elite latino-americana vive bem, no meio de uma miséria franciscana.



Cláudio Francisco Accurso, 74 anos, é economista, diplomado pela Ufrgs, pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade do Chile.

Professor na Ufrgs de 1959 a 1964, quando foi expurgo pela Ditadura Militar. Voltou à universidade em 1981 e se aposentou em 1987. Trabalhou no governo do Estado antes do Golpe e depois como consultor da Planisul de 1966 a 1969. É autor da mais significativa produção analítica sobre economia do Rio Grande do Sul, composta por 21 títulos. Atualmente trabalha na revisão de textos escritos ao longo da vida acadêmica, com os quais pretende editar um livro.

1. Ernani Maria Fiori, filósofo, professor catedrático da Ufrgs. Faleceu no dia 4 de abril de 1985, aos 71 anos.

2. Nagipe Buaes, economista e professor da Ufrgs. Colaborou com a Ditadura Militar, presidiu inquéritos dentro da universidade. Já falecido.

3. Laudelino Medeiros, sociólogo e professor da Ufrgs. Participou das comissões de inquéritos da Ufrgs, colaborando com a Ditadura Militar. Já falecido.

Fabricia Osanai



Enilda Ribeiro tem 80 anos, é professora aposentada da Ufrgs, arquiteta diplomada pelo Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul e pós-graduada em urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Ufrgs. Na universidade, lecionou de 1953 a 1964, quando foi expurgada pela Ditadura Militar. Trabalhou como urbanista na Prefeitura de Porto Alegre e colaborou com os projetos do Colégio Júlio de Castilhos, da Praça dos Açorianos, do novo traçado da Avenida Farrapos e da urbanização do Delta do Jacuí, entre outros.

Clarissa Pont



Maria da Glória Bordini tem 58 anos e atualmente é professora de pós-graduação da Faculdade de Letras da PUC/RS e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Considerada uma das maiores autoridades do País em Érico Veríssimo, coordena o Centro de Memória Literária da PUC/RS e o Acervo Literário de Érico Veríssimo. Em 1969, quando foi expurgada da Ufrgs, havia acabado de se formar em Letras e se viu obrigada a interromper a carreira de docente, que só retomaria anos depois.

A militância política

Eu não fazia parte do Partido Comunista, mas o Demetrio¹ sim. Eu era só simpatizante. Antes do Golpe havia um clima mais democrático. A gente dava aulas tranquilamente e participava de atividades políticas. Bem certo, já fervia uma reação ao governo Jango. Prendiam pessoas sem mais nem menos. O Demetrio sempre dizia para eu não andar sozinha, porque podiam me prender. Eu não acreditava, mas era verdade, eles prendiam sem qualquer motivo. Os amigos que não eram militantes comunistas vinham nos visitar escondidos, temiam ser vistos com a gente.

Os inquéritos

Eles iam buscar as pessoas no local de trabalho e levavam para o salão nobre da Prefeitura. Sei do caso de um médico que estava operando e teve que sair no meio da cirurgia para ser interrogado. Foram me chamar na Prefeitura e alguns colegas, preocupados, nos seguiram e ficaram espiando pela fechadura. Tinham medo que me levassem para outro local, que eu desaparecesse. Havia um susto geral.

As perguntas eram absurdas. Perguntaram, por exemplo, se eu era capaz de matar minha mãe para me defender. Disseram que era para saber até onde eu era radical. No documento eles escreveram que eu havia presidi-

do uma reunião pró-Cuba. Eram reuniões sociais, políticas, que aconteciam muito naquela época.

Fiquei sentada horas numa cadeira dura de molas. Para ganhar forças, eu dizia a mim mesma que estava ali porque tinha alguma coisa na cabeça e eles não. Eu os enfrentava, não me deixava abater. Mas a gente tinha um pouco de temor também. Mesmo assim o pessoal não esmoreceu, continuou lutando.

Os desaparecimentos

Voltando um pouco nessa história de que a gente podia a qualquer hora desaparecer, houve um caso de um colega engenheiro que foi levado de avião três vezes até Pernambuco. Ele ficava apavorado porque queriam jogá-lo no mar. E dava medo de desaparecer mesmo, como muitos que até hoje não se sabe o que aconteceu.

O expurgo

Acho que o expurgo veio uns quatro meses depois do golpe, não me recordo bem. Tenho os jornais guardados até hoje. A gente lia e dizia: "Parece mentira, está ali meu nome". Não sabemos até hoje o que constava em nosso depoimento, porque não nos deixavam ler e assinar. Nos acusaram de proselitismo, porque tínhamos uma forma moderna de lecionar. Disseram que aplicávamos teorias de esquerda nas

aulas. É claro que quando se discutia projetos, muita coisa acontecia. Os trabalhos eram colocados nas paredes e analisados um por um. Tudo isso virou proselitismo para os militares. A discussão aberta com os alunos era um crime para os militares.

A vida pós-expurgo

A gente mais ou menos já esperava, porque não parava de sair no jornal. Fomos impedidos de dar aulas ou palestras, mas, uma coisa incoerente, continuamos ganhando o salário. Incoerente porque eles queriam que sumíssemos do pensamento universitário e ao mesmo tempo nos mantinham ligados à universidade.

Então juntamos um grupo de arquitetos, urbanistas e artistas plásticos, a maioria socialista e até comunista, e montamos um ateliê e uma galeria de arte. Tínhamos muita energia para trabalhar, para continuar defendendo pelo menos a nossa profissão. Fizemos muito sucesso. Quando veio a Anistia e fomos convidados a voltar, eu não quis mais. Fiquei magoada, porque me dedicava muito ao ensino na universidade, pesquisava bastante para preparar as aulas. Eu queria ensinar os meus alunos a pesquisar e não entregar o conhecimento pronto.

1. Demetrio Ribeiro, arquiteto e professor da Ufrgs de 1948 a 1964. Faleceu no dia 22 de outubro de 2003, aos 87 anos.

O envolvimento político

O meu caso é *sui generis*, porque eu tinha acabado de me formar em Letras e fui convidada pelo catedrático a lecionar. Nunca fui militante política, nem no tempo de estudante. A minha turma estava mais ligada ao movimento cultural do que ao movimento político, embora tivesse formação para entender as questões políticas e econômicas do País. Todo meu curso de Letras se passou dentro da primeira fase da Ditadura Militar, mas os reflexos eram mais tênues dentro da universidade. Por exemplo, nunca tivemos problemas em estudar autores marxistas porque ainda não havia censura. Em 1969, quando começou a radicalização do movimento guerrilheiro, a Ditadura passou a reprimir mais os intelectuais.

Fatos que antecederam o expurgo

Houve uma manifestação estudantil no campus central e, quando chegou a polícia, os estudantes se refugiaram no prédio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. O diretor da faculdade, Angelo Ricci¹, fechou o prédio e impedi a entrada da polícia. Por isso ele foi expurgado, juntamente com o Gerd Bornheim², da Filosofia. O Gerd era um dos grandes filósofos da época, assim como o Ernani Fiori. Ficamos chocados porque não havia nenhum motivo aparente para o expurgo. Aliás, a Ditadura não dava satisfações e também não havia recurso na Justiça. Na-

qua época todo mundo ficava perguntando por que isso aconteceu, quais eram as razões. E durante uns dez anos não ficamos sabendo de nada. Tudo que estou contando veio à tona depois.

O manifesto

Um grupo de professores resolveu protestar contra os expurgos junto ao reitor. Queríamos que ele tomasse as dores da universidade e tentasse reverter aquela injustiça. Escrevemos um manifesto, que foi assinado pelo grupo e entregue ao reitor. Pelo que soubemos depois, o reitor se sentiu pressionado e levou o manifesto ao comandante do 3º Exército. A consequência foi que todos que assinaram foram aposentados compulsoriamente.

O interrogatório

Fomos interrogados por um interventor federal nomeado, de quem não me lembro o nome ou o rosto. Ele simplesmente chamava a pessoa e dizia: "Vocês estão em uma situação muito difícil, muito perigosa e nós vamos dar uma chance. Vocês retiraram o nome desse manifesto e apagamos a questão, desde que não se manifestem mais". Muitos voltaram atrás e não foram expurgados. Os que ficaram foram aposentados. O decreto proibia a atuação profissional em qualquer estabelecimento de ensino que tivesse fundos do governo. Ou seja, havia acabado a carreira de professor para todos nós.

Depois do expurgo

Uns se exilararam no Chile, outros na França. A professora Maria Luiza Armando não foi expurgada porque não entenderam a letra dela e a colocaram no bloco dos que haviam voltado atrás. Ela ficou desesperada porque era uma das que mais militava na política, era do Movimento Universitário Católico e tinha uma atuação política bem intensa. Assim mesmo, ela foi embora para o Chile e de lá seguiu para Paris. Quanto a mim, consegui um trabalho na Editora Globo. Já trabalhava há algum tempo com o Érico (Veríssimo) e na época ele era conselheiro da editora. Fui aceita porque não era, digamos assim, "um ser subversivo em excesso". Sim, porque depois de ser expurgada a gente ficava com aquela etiqueta. Fiquei na Editora Globo até a Anistia, em 1979. Em 1981 voltei a lecionar no estado e na universidade. Para a universidade eu não queria voltar porque eu sabia de tudo que havia acontecido durante o período em que estava fora e achava que a Faculdade de Letras não seria um local muito bom de se trabalhar. As pessoas que não nos apoiaram continuavam lá e haviam ocupado com muita felicidade os nossos lugares. O primeiro ano foi difícil. Levei algum tempo para me adaptar de novo, mesmo assim fiquei ainda por dez anos na universidade.

1. Angelo Ricci, professor da Ufrgs expurgado em 1969. Faleceu em 1977.

2. Gerd Bornheim, professor da Ufrgs expurgado em 1969. Faleceu em 2002.

Enrique Serra Padrós - professor de História Contemporânea - IFCH/UFRGS

A Ditadura de Segurança

Uruguai Nacional

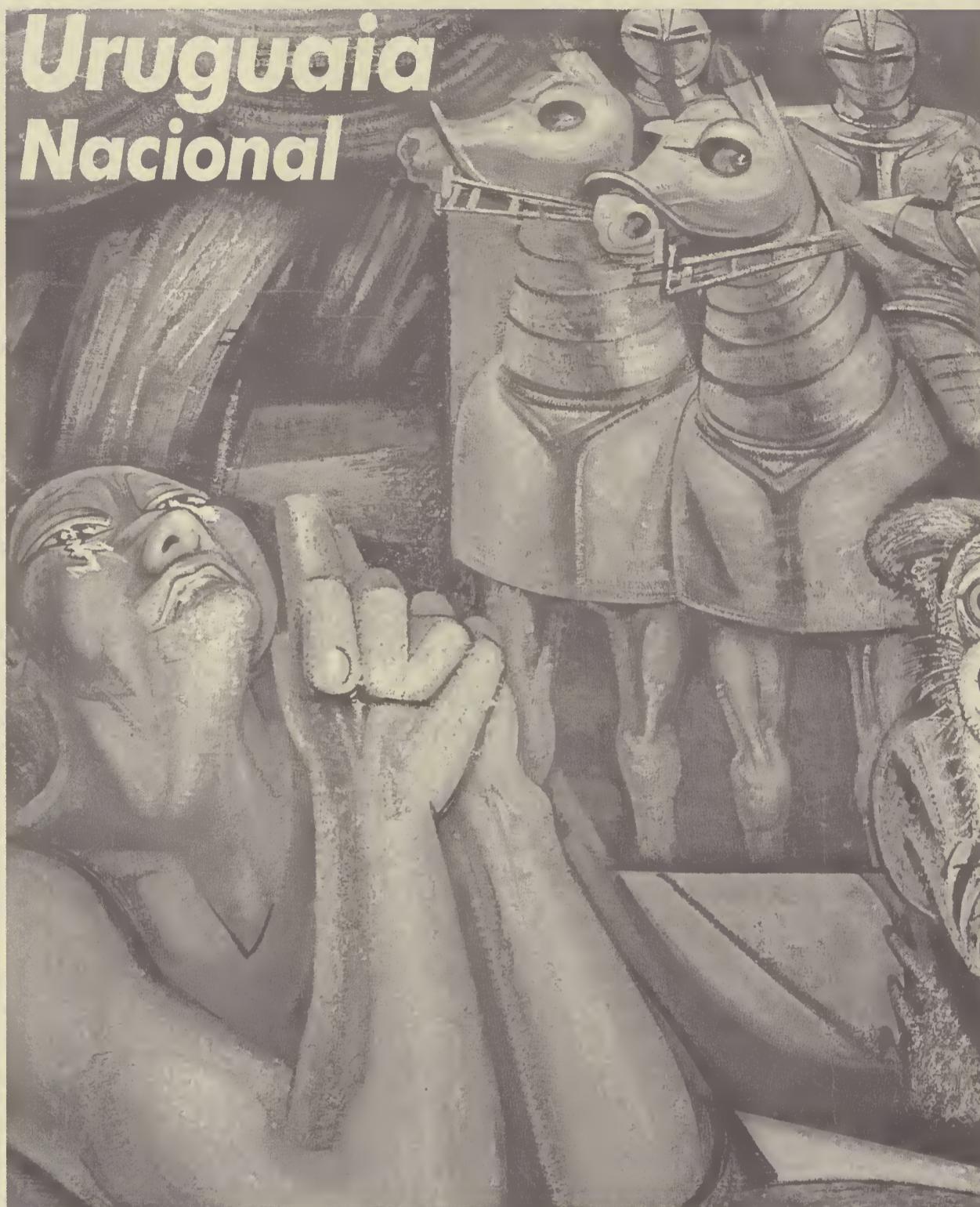
No Uruguai, a ditadura se instalou em junho de 1973, mas a espiral autoritária começou em 1968, com Pacheco Areco. A crise dos anos 60, a pauperização da população, o arrocho salarial e a deterioração dos serviços sociais estatais produziram descontentamento e mobilizações sociais. O clima de Guerra Fria, a Revolução Cubana e a existência de ditaduras no Brasil e na Argentina repercutiram com intensidade. A política de Pacheco Areco acentuou a crise. O uso indiscriminado de medidas de exceção, a corrupção do "ministério de empresários", o congelamento de salários e a repressão contra os trabalhadores marcaram a administração.

Assumindo o anticomunismo da Doutrina de Segurança Nacional, combateu os "focos" de crítica ao seu governo e ao favorecimento dos setores importador e financeiro. Jornais e organizações políticas de oposição foram proibidos. Para combater a resistência da Convención Nacional de los Trabajadores, o governo militarizou empresas, confinou trabalhadores em quartéis e impôs a disciplina militar em fábricas e bancos. Especial perseguição sofreram as organizações estudantis e docentes, as escolas secundaristas e a Universidad de la República. A morte de estudantes e trabalhadores foi acompanhada da intensificação da tortura, refinada com a colaboração de especialistas como Dan Mitrione (EUA). Simultaneamente, cresceu a ação da extrema direita (Juventud Uruguaya de Pie) e do Esquadrão da Morte, fundamentado na experiência brasileira e financiado pela CIA.

Os maiores desafios enfrentados pelo governo se cristalizaram no MLN-Tupamaro e na Frente Amplia. O MLN visava derrubar o governo e implementar transformações dentro de uma perspectiva híbrida de socialismo e antiimperialismo. Paradigma de guerrilha urbana na América Latina, teve enorme sucesso contra as forças policiais. As ações tipo "Robin Hood", expropriações de bancos e financeiras, seqüestros pedagógicos de autoridades estatais, publicitação de documentos sobre corrupção e malversação pública e fugas massivas dos penais, atraíram a simpatia de parte da população. No final de 1971, Pacheco Areco convocou o Exército, cujos oficiais vinham sendo treinados em contraguerrilha em escolas militares dos EUA.

Em fevereiro de 1971, ano eleitoral, surgiu a Frente Amplia, integrada pelo PCU, PS, PDC, colorados e blancos dissidentes, outras forças de esquerda e apoiada pela CNT e parte do mundo da cultura. Com um programa de orientação socialista, a candidatura do general (retirado) Seregni mobilizou a militância assustando os setores conservadores e seus aliados externos (abalados desde a vitória de Allende). De qualquer forma, e apesar das acusações de fraude, as eleições deram a vitória ao representante do continuísmo, Bordaberry, quem constatando a forte presença guerrilheira e a relação de forças desfavorável no Parlamento, decidiu intensificar a repressão e a censura.

Vencedor da guerra de informações, o governo obteve do Parlamento a decretação do "Estado de Guerra Interna", abrindo espaço para novos excessos repressivos. A entrada em cena das Forças Armadas, o uso ilimitado da tortura, a traição e uma série de erros estratégicos, colapsaram a guerrilha e aceleraram a fusão da linha dura militar de Bordaberry. Em nome da democracia e da luta anticomunista, os novos alvos passaram a ser a Frente Amplia e os movimentos sociais. Milhares de pessoas foram presas, obrigadas a imergir na



clandestinidade ou a exilar-se, a Justiça Militar assumiu o julgamento dos crimes contra a Nação e aumentavam os desaparecimentos. Simultaneamente, as Forças Armadas apresentam um projeto próprio e enquadraram Bordaberry como seu "testa de ferro".

O corolário desse processo foi o golpe de Estado (27/07/73). Apesar da histórica greve geral de 15 dias da CNT, a situação não foi revertida. O novo regime contou com a simpatia dos EUA e, particularmente, da ditadura brasileira, preocupada há tempos com a convulsão existente sobre sua fronteira sul. O Brasil forneceu linhas de financiamento, colaborou no treinamento antiguerilheiro e chegou a planejar, sob conhecimento dos EUA, uma intervenção no Uruguai, caso a Frente Amplia vencesse as eleições de 1971, ou os tupamaros resistissem à repressão militar.

Nos 11 anos seguintes se consolidou uma política de terror de Estado que impôs uma pedagogia do terror. O Parlamento foi fechado e a Universidade e o sistema de ensino sofreram brutal intervenção. A CNT, os sindicatos, as organizações estudantis e os partidos de esquerda foram dissolvidos. A censura virou prática oficial. Mais de 15 mil cidadãos perderam seus direitos políticos e uns 10 mil funcionários públicos foram demitidos (50% vinculados aos setores de educação e saúde).

O Uruguai virou um enorme campo de concentração tendo o maior percentual de presos políticos do mundo. Dezenas de pessoas foram mortas e desapare-

cidas. Um grupo de sindicalistas, dirigentes comunistas e, principalmente, de tupamaros foram transformados em reféns do Estado (caso de Flávia Schilling), num regime de isolamento total que, para muitos, durou quase 10 anos. O confisco de bens pessoais e das organizações proibidas se disseminou. Os presos, quando libertados, deviam pagar sua "estadia" nos presídios. O braço repressivo ultrapassou fronteiras e se articulou com os congêneres dos países vizinhos. Comandos de seqüestro, exterminio e desaparecimento levaram o pânico à comunidade exilada no Cone Sul, particularmente na Argentina, promovendo, inclusive, o seqüestro de crianças. Isso antes, durante e depois da Operação Condor.

Em síntese, o terror de Estado visou a destruição do avançado sistema de ensino e da legislação social, assim como o enquadramento do movimento social, das organizações partidárias, sindicais e revolucionárias. Essa gigantesca ação repressiva durou até o final do regime (1984) e foi condição necessária para a implantação de um projeto econômico que desindustrializou e desestatizou o país, transformando-o, ainda, em praça financeira desregulamentada e aberta à especulação. Entre outras consequências merecem menção o acentuado aumento da concentração de renda e da desigualdade social em benefício dos setores financeiros e importadores, o endividamento externo inédito e o aprofundamento da crise estrutural anteriormente existente.

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli - Professor Adjunto do Depto. de História e do PPG em História da UFRGS

Ditaduras na América Latina: o 1º de abril brasileiro e o 11 de setembro chileno

Ao longo de pouco mais de uma década, os países da América Latina tiveram seus governantes civis legalmente eleitos substituídos por ditaduras militares: o Peru em 1962; a República Dominicana em 1963; Brasil e Bolívia em 1964; novamente a República Dominicana em 1965; a Argentina em 1966; novamente o Peru em 1968; o Uruguai e o Chile em 1973; novamente a Argentina em 1976. Estas ditaduras procuravam impedir a luta pelo atendimento de demandas crescentes das classes trabalhadoras, rurais e urbanas, que as burguesias latino-americanas não mais podiam conter dentro dos marcos legais dos respectivos países, além de preservar as relações econômicas com o capitalismo mundial. Neste sentido, os discursos de "salvação" apregoados pelas ditaduras instaladas, apelavam para os perigos que corria a "civilização ocidental e cristã", representada pelos norte-americanos, pelas investidas do "comunismo ateu", engendrado na União Soviética e que se infiltrava nos países da América Latina nos movimentos "subversivos" de operários, camponeses, estudantes, alguns grupos médios e setores da Igreja.

O Brasil foi exemplar para outros casos. A ditadura liquidou com a possibilidade de organização dos setores oposicionistas, e reverteu a Política Externa Independente dos governos populistas. Favoreceu a concentração de capitais, cerceou as demandas dos trabalhadores e alinhou-se aos interesses dos Estados Unidos. A repressão - que até 1968 tinha uma certa moderação - a partir do governo Médici atingiu toda a sociedade, combatendo duramente o "inimigo interno", vaga definição para quem se opunha ao regime, recrudescendo muito após o desencadeamento da re-

sistência armada. O número de vítimas da ditadura ainda é desconhecido. O Estado, no entanto, permaneceu inserido nas atividades econômicas nacionais, principalmente nas áreas consideradas estratégicas: geração e transmissão de energia, infraestrutura de transportes, incentivos à economia de ponta: a ideologia da segurança nacional implicava no aparelhamento estrutural do país como potência mundial no futuro, especialmente se o enfrentamento dos Estados Unidos e da União Soviética resultasse no aniquilamento das duas superpotências.

No Chile, o golpe foi dado num governo socialista, o que tornava mais concreto o combate ao "inimigo vermelho". O banho de sangue que se seguiu à tomada do poder foi dos maiores já conhecidos, e o Estádio Nacional foi transformado numa verdadeira arena de extermínio, além dos inúmeros campos de concentração e assassinatos de líderes exilados. Isto, somado às prisões indiscriminadas e a fuga de muitos chilenos para o exterior, liquidou quaisquer veleidades oposicionistas. O Chile seria ainda um dos principais protagonistas da Operação Condor, que reunia as forças repressivas dos países do Cone Sul, buscando o aniquilamento em conjunto dos opositores das ditaduras. As medidas progressistas do governo Allende, especialmente as nacionalizações das empresas minadoras de cobre e a reforma agrária foram desfeitas. O Estado garantiu, através da repressão e do arrocho salarial, os lucros das empresas, e afastou-se das funções de bem-estar social que mantinha antes. Apregoando a renovada saúde financeira das empresas, a ditadura extremou a pauperização dos trabalhadores rurais e urbanos, e de grupos médios, o que redundou na grave crise dos anos 80.

**Notícias diárias,
relatórios da categoria
e a versão eletrônica do jornal Adverso
estão em**

www.adufrgs.org.br



PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFGRS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64		
BALANÇETES - VALORES MENSais - 2003		
RUBRÍCAS / MESES	AGO	
ATIVO	2.138.989,27	
FINANCEIRO	1.681.386,67	
DISPONÍVEL	333.628,81	
CAIXA	392,47	
BANCOS	10.818,84	
APLICAÇÕES CLIQUEZIMEDIDA	322.417,50	
REALIZÁVEL	1.547.757,86	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.543.285,46	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.543.285,46	
CRÉDITOS A REALIZAR	4.472,40	
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.451,87	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00	
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	0,00	
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	30,00	
PRÊMIOS DE SEGURÓ A VENCER	990,53	
ATIVO PERMANENTE	257.602,60	
IMOBILIZADO	253.523,30	
BENS MOVEIS	97.600,84	
BENS IMÓVEIS	248.811,89	
(-DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	92.889,43	
DIFERIDO	4.079,30	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	9.469,78	
(-AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	5.390,48	
PASSIVO	2.003.204,18	
PASSIVO FINANCEIRO	28.262,57	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	8.125,32	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.148,44	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00	
CREDORES DIVERSOS	1.976,88	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	20.137,25	
PROVISÓRIAS P/ENCARGOS C/PESSOAL	20.137,25	
SALDO PATRIMONIAL	1.974.941,61	
ATIVO LÍQUIDO REAL	1.889.619,86	
SUPERÁVIT ACUMULADO	85.321,75	
ADUFGRS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
FOLHA 2		
RUBRÍCAS / MESES	AGO	ACUMULADO
RECEITAS	149.043,96	992.180,22
RECEITAS CORRENTES	83.872,88	665.405,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.872,88	665.405,23
RECEITAS PATRIMONIAIS	30.178,00	271.594,48
RECEITAS FINANCEIRAS	30.178,00	271.509,48
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	85,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAS	27.557,64	30.311,75
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	27.557,64	30.311,75
OUTRAS RECEITAS	7.435,44	24.868,76
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	7.360,44	23.496,76
OUTRAS RECEITAS	75,00	1.372,00
DESPESAS	135.192,87	856.395,13
DESPESAS CORRENTES	135.192,87	856.395,13
DESPESAS COM CUSTEIO	37.076,71	237.709,07
DESPESAS COM PESSOAL	16.591,90	112.383,80
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	3.966,45	30.921,27
DESPESAS DE EXPEDIENTE	10.991,69	66.302,74
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÓNUS DIVERSOS	753,77	5.675,66
DESPESAS LEGAIS	0,00	0,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	3.054,52	7.428,18
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.452,88	11.200,28
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	205,20	3.328,51
ENCARGOS FINANCEIROS	60,30	468,63
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	75.100,72	436.277,84
DESPESAS COM PESSOAL	0,00	534,00
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	20.301,00	48.770,07
DESPESAS COM VIAGENS	12.520,85	104.694,18
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	150,00	13.045,19
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	10.688,90	32.284,38
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	23.563,90	144.972,90
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAS	4.496,11	64.936,71
DESPESAS COM FURTOS E ROUBOS	3.380,00	27.040,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.015,40	181.653,22
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	18.907,31	149.242,96
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	4.108,09	32.410,26
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0,00	755,00
PERDAS COM FURTOS E ROUBOS	0,00	755,00
RESULTADO LÍQUIDO MÊS	13.851,09	135.785,09
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	135.785,09	135.785,09
MARIA APARECIDA CASTRO LIVI Presidente		
NINO H. FERREIRA DA SILVA Contador - CRC-RS 14.418		

LEI DA FALÊNCIAS

Créditos trabalhistas terão prioridade

O relator do projeto que instituirá uma nova Lei de Falências no país, senador Ramez Tebet (PMDB/MS) garantiu que, em seu relatório final, a recuperação de créditos trabalhistas será preferencial, ficando acima de quaisquer outros créditos, inclusive os tributários. A declaração foi feita no auditório da Faculdade de Direito da Ufrgs, durante audiência pública promovida pela CUT-RS e pela Adufrgs. Tebet, que pretende divulgar o relatório após o feriado da Páscoa, admitiu que vários pontos ainda estão sob discussão, mas que, no que diz respeito à prioridade dos créditos trabalhistas, não pretende "de-

sonrar a própria consciência".

A mesma posição foi defendida com igual ênfase pelo senador Paulo Paim (PT-RS), para quem a recuperação dos créditos trabalhistas tem que estar em primeiro lugar. "Se alguém tiver que ter prejuízo, que sejam os banqueiros, que tiveram lucros exorbitantes nas últimas décadas", ressaltou. Os dois senadores concordaram com a necessidade de substituir a atual Lei de Falências, que é de 1945, mas defenderam que a nova legislação deve ser construída de modo a estimular a recuperação das empresas em dificuldades financeiras. Na avaliação da CUT, o texto aprovado pelos deputados apresenta problemas que podem dificultar, ou mesmo impedir, o pagamento dos créditos trabalhistas.

1º DE MAIO INTERNACIONAL

Data será comemorada em Livramento

A comemoração do Dia do Trabalhador, organizada pela Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), acontece este ano na fronteira formada pelos municípios de Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) e deve reunir cerca de 10 mil pessoas. Com os slogans "Integração com Soberania, Emprego e Direitos Sociais" e "Não à ALCA", a atividade será marcada pela realização de shows culturais e o ato político.

Para o momento cultural estão previstas apresentações de grupos musicais da região de Livramento e Rivera, do cantor nativista Leonardo e Grupo Chiripás,

além de um show com um nome de expressão nacional a ser definido. Na atividade política haverá pronunciamentos de representantes das centrais que integram a CCSCS e a possível presença do presidente nacional da CUT, Luiz Marinho.

As regionais da CUT/RS deverão providenciar ônibus para a viagem até Livramento. O deslocamento será parcialmente subsidiado pela Central, que solicita às regionais que organizem plenárias para discutir a preparação do 1º de Maio e entrem em contato com a CUT/RS para que integrantes da direção executiva possam acompanhar os debates.



Daltro José Nunes* - Professor Titular do Instituto de Informática da Ufrgs

Problemas no ordenamento de matrículas da Ufrgs

AUfrgs aprovou um novo ordenamento de matrícula que começou a vigorar a partir do semestre 2004/1, quando cessaram os efeitos do ordenamento em vigor. O novo ordenamento de matrícula, do ponto de vista pedagógico, pode provocar injustiças e, também, apresentar distorções. O objetivo deste artigo é mostrar as diferenças de qualidade entre os dois ordenamentos.

A Ufrgs, conforme seus estatuto e regimento, adota o regime de "matrícula por disciplina". Este regime dá uma enorme flexibilidade aos alunos no planejamento de seus cursos, permitindo-lhes que se matriculem em um conjunto ótimo de disciplinas, para as quais já possuem os pré-requisitos. Além disso, como muitos alunos trabalham para se sustentar, esse regime permite que possam devidamente dimensionar o número de disciplinas do conjunto, compatibilizando, assim, estudo e trabalho.

A Ufrgs oferece aos alunos um planejamento padrão, predefinido. São as chamadas seriações aconselhadas, estabelecidas pelas Comissões de Graduação. Embora os alunos possam seguir qualquer outro planejamento para obtenção do diploma, a Ufrgs recomenda aos alunos seguirem as seriações aconselhadas.

Um ordenamento de matrícula faz-se necessário quando não há vagas para todos os alunos em todas as disciplinas ou não há vagas para todos os alunos em todos os horários oferecidos.

Devido aos limites físicos da universidade, não há vagas nas disciplinas para todos os alunos em todos os horários. Assim, está criado o problema. Seguramente, haverá disputa por vaga. No momento da matrícula, é muito mais frequente um aluno não encontrar vaga em um horário conveniente de uma disciplina do

que não encontrar vaga em nenhum horário da disciplina. Portanto, o problema atinge a toda a universidade. Qual a solução ótima para este problema? Um ordenamento de matrícula faz-se, então, necessário.

Visando tornar claro as diferenças entre os dois ordenamentos, o problema é agora um pouco mais detalhado, até um nível de abstração que não compromete a complexidade, reduzindo-o à seguinte forma, que é, realmente, o que interessa: dois alunos disputam vaga em uma mesma disciplina. Trata-se, no momento da matrícula, da última vaga. Quem leva a vaga?

O ordenamento em vigor ataca diretamente o cerne do problema, ou seja, a disputa por vagas, concedendo a vaga àqueles que têm menos reprovações nas disciplinas. Assim, entre os dois alunos acima citados, recebe a vaga aquele que tiver menos reprovações na disciplina em que disputam vaga.

O novo ordenamento não ataca diretamente o problema, ou seja, a disputa por vagas, e passa a resolver outro problema, descrito a seguir, que nada tem a ver com ordenamento de matrícula, usando a solução desse para o ordenamento de matrícula. O novo ordenamento apresenta uma solução para um ranqueamento dos alunos, segundo os conceitos obtidos. Cada aluno recebe uma nota, obtida pela média harmônica de todas os conceitos obtidos em todas as disciplinas já cursadas. Essa é a solução encontrada para a disputa por vagas. Assim, entre os dois alunos acima citados, recebe a vaga aquele que tiver melhor média. Mas, como já foi dito, o que esse ranqueamento tem a ver com o problema? Nada.

O novo ordenamento resolve o problema de determinar quem é bom aluno, quem é ruim etc. Mas, isso é um problema muito sério. Não se pode rotular alunos sem uma profunda reflexão, envolvendo pedago-

gos, filósofos, entre outros especialistas.

O novo ordenamento possui pelo menos quatro efeitos colaterais indesejáveis:

Primeiro: quando um aluno regular (conceito médio C, por exemplo) estiver adiantado, ele estará condenado a permanecer sempre no final da fila do ordenamento. Mesmo que, nos semestres subsequentes, venha receber somente conceitos As, dificilmente isso vai mudar sua média harmônica (a média harmônica é muito sensível a conceitos baixos). Assim, um aluno que pretende se recuperar, melhorar, dificilmente terá chances de receber, futuramente, vagas em todas as disciplinas e planejar um bom horário. Ele receberá sempre as sobras.

Segundo: um aluno que acaba de entrar em uma nova série (por exemplo, da terceira para a quarta etapa) pode fazer matrícula antes que um outro, que trabalha, e que já está bastante adiantado na mesma etapa. Assim, alunos que estão mais próximos do final do curso poderão perder vaga e ter que postergar a formatura.

Terceiro: entre os dois alunos acima descritos, o novo ordenamento pode dar, injustamente, a vaga àquele que teve mais reprovações na disciplina. Ou seja, o novo ordenamento pode inverter a ordem.

Quarto: entre dois alunos aprovados em uma mesma disciplina, o novo ordenamento discrimina aquele que foi aprovado com um conceito menor.

O ordenamento em vigor possui muitas outras soluções para o problema apresentado, ou seja, para a disputa de vagas, podendo ser melhorado, mas, daí para uma mudança radical do modelo, da forma como foi aprovado, seguramente trata-se de uma mudança para pior.

* Membro do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais da Adufgs



A MPB nos duros anos da Ditadura Militar

O ano é 1969.

Toquinho foi ao apartamento de Chico Buarque com um samba ainda sem letra. Era "Samba de Orly", com todo aquele clima de exílio e impossibilidade. Toquinho diz que Chico fez na hora os versos finais. Bem depois, quando Chico estava preparando o LP "Construção", convidou Vinícius de Moraes para ajudar na letra. Três versos que o poeta escreveu, "pede perdão pela omissão um tanto forçada", foram podados pela censura. "Omissão" teve que virar duração, e "um tanto forçada" deu lugar a "essa temporada". Por motivação política ou puro moralismo, como em "Ana de Amsterdam" de Chico Buarque e Ruy Guerra na qual a palavra "sacana" teve de ser trocada por "bacana", os militares participaram ativamente das letras da MPB durante a Ditadura.

Histórias como essa foram ouvidas na tarde do dia 1º de abril. O auditório do Ilea ficou inflado de gente para o debate "A MPB e o Golpe de 64", organizado pela Adufrgs e pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs. O crítico musical Zuza Homem de Mello e o jornalista Juarez Fonseca lembraram tantas outras histórias, enquanto Jorge Herrmann, Nelson Coelho de Castro e Leandro Maia musicavam a conversa. "Quarenta anos atrás, nosso país amanheceu com os tanques na rua. Acreditamos que é importante não esquecer do passado", iniciou o evento Maria Aparecida Castro Livi, presidente da Adufrgs.

No palco do Teatro Princesa Isabel, no Rio de Janeiro, onde "Roda Viva" estreou no dia 15 de janeiro de 68, havia um cenário ladeado por um enorme São Jorge e uma monumental garrafa de Coca-Cola. A ação da peça de Zé Celso Martinez Côrrea e Chico Buarque se desenrolava também na platéia. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo formado por militares, invadiu uma encenação, na noite de 17 de julho, destruindo os cenários e espancando os atores.

Em Porto Alegre, a temporada de "Roda Viva" parou no espetáculo de estréia, em 3 de outubro. No dia seguinte, a repressão cercou o hotel onde o grupo estava hospedado, seqüestrou dois atores e os abandonou em um matagal distante. Logo todos foram retirados do ho-



Nelson Coelho de Castro

tel e embarcados num ônibus de volta para São Paulo. A música "Cálice", de Chico Buarque e Gilberto Gil, foi proibida antes mesmo do lançamento. "O técnico de som baixava o volume na hora que Chico cantava o cálice", contou Juarez Fonseca.

Durante o evento, coube a Fonseca relembrar a cena musical gaúcha durante a repressão. Os Festivais de Música e os programas de auditório da Rádio Gaúcha foram responsáveis por lançar gente como Elis Regina. A luta contra a repressão gerou várias peças de resistência em Porto Alegre, como o Teatro de Arena, local que mostrava muitas coisas que não poderiam ser vistas nem ouvidas na opinião dos militares. Nas sextas feiras, à meia-noite, o Arena ficava pequeno para as Rodas de Som, das quais saíram Bebeto Alves e Nelson Coelho de Castro. "Em Porto Alegre o problema não foi as músicas serem censuradas. Mas a repressão tirou de cena os lugares onde as pessoas se reuniam, o Teatro de Arena, o Clube de Cultura ali na Ramiro Barcelos", relembrou Fonseca.

Os bastidores dos Festivais da Record foram divulgados por Zuza Homem de Mello, que trabalhou como técnico de som desde o primeiro Festival, em 1960. A Era dos Festivais, como ele define essa fase da MPB, é

que deu origem a um time cuja escalação conta com Edu Lobo, Chico Buarque, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Raul Seixas, Elis Regina e Mutantes. A platéia do Ilea emendou diversos outros nomes à lista: MPB4, Alceu Valença, Nana Caymmi. "Essa foi a geração mais importante da MPB no século 20, mais importante até que a Era de Ouro, os anos 30, com Ary Barroso e Noel Rosa", avaliou Zuza.

Foi na primeira edição do Festival Internacional de Música, o FIC, que aconteceu a famosa história da vaia para Tom Jobim. "Todos queriam que o Geraldo Vandré ganhasse com 'Para não dizer que não falei de flores', mas os militares já tinham avisado que o Vandré seria preso se a música ganhasse. No final, o júri escolheu 'Sabiá', do Chico e do Tom", contou. Zuza relembrou histórias até a década de 70, quando ele demarca o final da Era dos Festivais. O FIC de 70 foi propositalmente boicotado por diversos artistas, porque acreditava-se que a veiculação da alegria demonstrada nos festivais pudesse auxiliar os militares na tentativa de afastar o Brasil da imagem de ditadura e tortura. "A partir daí, os festivais vão murchando, a participação de músicos de qualidade rareia", disse Zuza. Depois aconteceram mais dois Festivais, em 71 e 72.

ORELHA



História Contemporânea da América Latina: 1960-1990

Cesar Augusto Barcellos Guazelli

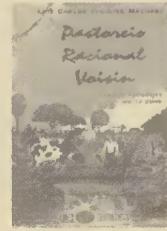
Segunda edição do último volume da série sobre a História Contemporânea da América Latina, que conta com os anteriores 1990-1930, da professora Cláudia Wasserman e 1930-1960, de Luís Fernando Silva Prado. Editora da Ufrgs (Coleção Síntese Universitária). 102 páginas. R\$ 12 (desconto de 20%)



A Venezuela que se inventa

Gilberto Marigoni

Com o subtítulo de Poder, petróleo e intrigas nos tempos de Chávez, a obra traz a história da Venezuela passada a limpo. Leitura indispensável para os que buscam - como os brasileiros - sair do círculo de ferro do neoliberalismo. 248 páginas. R\$ 30



Pastoreio Racional Voisin - Tecnologia Agroecológica para o Terceiro Milênio

Luis Carlos Pinheiro Machado

Apresenta os fundamentos do manejo dos pastos fora dos padrões da Agronomia convencional, com o objetivo de produzir lucro ao produtor de carne e leite sem prejuízos ao meio-ambiente. Editora 5 Continentes. 300 páginas. R\$ 70

WWW

Perseu Abramo

www.efpa.com.br
Sítio da Editora Fundação Perseu Abramo. Apresenta os últimos livros lançados e permite compras via internet.

Pasquim

www.opasquim21.com.br
Sítio do jornal com charges animadas e a possibilidade de acesso a edições anteriores.

"Romper com a política do FMI é uma luta pela sobrevivência"

Jorge Beinstein é doutor em Ciências Econômicas e professor da Universidade de Buenos Aires. Trabalhou durante muitos anos como consultor de organizações internacionais e lecionou economia internacional na Europa. Autor do livro "Capitalismo Senil", atualmente se dedica ao estudo da crise da globalização. Beinstein esteve na capital gaúcha entre os dias 11 e 13 de fevereiro, onde participou do "Encontro Internacional Pela Paz e Contra a Guerra", promovido pela Prefeitura de Porto Alegre. Nessa entrevista ele aborda a crise da economia mundial, em especial dos Estados Unidos, e os desafios para o próximo Fórum Social Mundial.

Maricélia Pinheiro

Clarissa Pont

AD verso - A proposta é de que o próximo Fórum Social Mundial materialize as ações propostas nos encontros anteriores. Como isso pode ser feito?

Jorge Beinstein - O Fórum Social Mundial não é um centro de decisões, mas de reflexões. Acredito que o caminho para que isso seja possível é o que eu chama de uma crescente politização do evento. Porque para que se possa materializar as propostas sociais é necessário o serviço do poder político. E os países periféricos precisam se unir nisso para que possamos produzir as mudanças.

Adverso - De que maneira o movimento pela paz pode se manter atuante diante de um quadro de guerra tão acirrado?

Beinstein - O movimento pela paz tem distintas características positivas. A primeira é se opor ao centro da violência mundial que é o imperialismo norte-americano. É preciso fazer uma oposição concreta e universal às iniciativas de guerra dos EUA, através de grandes mobilizações populares. Para conquistar um mundo de paz é necessário acabar com a opressão. Então a luta do povo da Bolívia e até a luta armada dos iraquianos contra a ocupação norte-americana são lutas pela paz. Não podemos pensar que a luta pela paz se resume às mobilizações desarmadas. A luta por um mundo melhor, pacificado, pode transitar pelo caminho da resistênciaativa, inclusive violenta. Não podemos confundir metodologias pacíficas ou violentas com o objetivo geral de um mundo pacificado.

Adverso - Sobre a economia do Brasil e Argentina, o senhor diria que é possível vencer a crise e construir a soberania? Os governos Lula e Kischner estão no caminho certo?

Beinstein - Kischner optou pelo programa que lhe é imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). É um programa de ajuste fiscal e recessivo, que prevê o pagamento da dívida externa. Então não é um programa que ajude o povo a sair da situação de miséria. Ao contrário, faz com que a miséria fique cada vez maior. Pelo que sei, Lula também aceitou as exigências do FMI, isso significa que ele não saiu da linha de ação criada pelo neoliberalismo. É preciso romper com o FMI e rechaçar a dívida externa. Parar de pagar a dívida, até que se investigue sua natureza, e investir no desenvolvimento do país.

Adverso - Mas isso seria possível?

Beinstein - É necessário. É como questionar se é possível romper com a escravatura. Os escravocratas diziam que a escravidão era eterna e ela acabou. As políticas do FMI têm aumentado a pobreza no Brasil e na Argentina. Entre 1997 e 2003, a América Latina ganhou mais 25 milhões de pobres. Esse é o resultado da política do FMI e romper com ela é uma luta pela sobrevivência.

Adverso - Quem atualmente tem condições de fazer frente à guerra imperialista dos EUA?

Beinstein - Os povos. Mesmo com tantas armas poderosas, os EUA não conseguem controlar o Iraque. Eles pensavam que por terem armas sofisticadas tinham he-

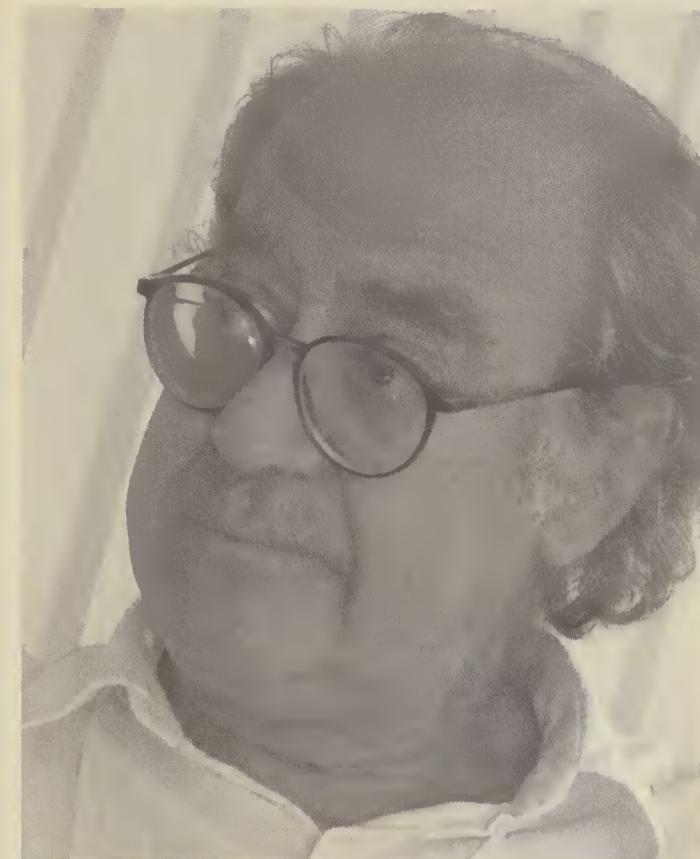
gemonia militar. Mas a hegemonia militar não é apenas ter armas sofisticadas, é poder impor ao inimigo a própria vontade. E os norte-americanos não podem impor sua vontade ao Iraque, porque os países de periferia mudaram. No século 20 os países periféricos viveram revoluções populistas, nacionalistas, socialistas, processos de industrialização, de modernização. Então eles não se depararam no Iraque com pessoas que saem correndo ao primeiro tiro, mas que usam a internet, se comunicam por telefone celular, sabem utilizar armas modernas. Os soldados norte-americanos não falam nenhuma outra língua, mas muitos dos iraquianos sabem inglês. Os EUA imaginavam encontrar uma população atrasada, facilmente dominável e se depararam com um povo que está resistindo acintosamente à invasão. E graças à resistência do Iraque, eles não atacaram a Síria, o Irã, a Coreia do Norte e Cuba. Como pode o país mais poderoso do planeta, com mais de 200 milhões de habitantes e que domina a economia mundial, não conseguir controlar um pobre país de 25 milhões de habitantes? (Iraque). Onde estão a supremacia e a hegemonia dos norte-americanos? Outro exemplo é Cuba, um país pequeno, com 11 milhões de habitantes, pobre, completamente ilhado, mas que não se deixou dominar pelos EUA. Como nós da Argentina, do Brasil, da Venezuela podemos ter medo, se somos muito maiores do que Cuba e Iraque?

"A luta do povo da Bolívia e dos iraquianos contra a ocupação norte-americana são lutas pela paz"

Adverso - Como a crise dos EUA rebate na economia mundial e em especial na da América Latina?

Beinstein - Os EUA compram 20% do que é exportado no mundo. Eles têm uma dívida total de 7 trilhões de dólares, o que representa duas vezes e meia a dívida do Terceiro Mundo. Ou seja, é um país com uma dívida externa colossal. É evidente que a crise dos EUA vai afetar o planeta inteiro. Já está atingindo a União Européia e o Japão, e a América Latina, creio que vai afetar de duas maneiras. Uma negativa, que é a queda das exportações em alguns países. Esse é um efeito a médio e curto prazo. A longo prazo a crise dos EUA vai beneficiar a América Latina, porque vai dar mais autonomia aos governos, que vão poder se livrar do FMI. Porque não podemos esquecer que o FMI é controlado pelos EUA. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, os países imperialistas entraram em crise e isso permitiu que muitos países periféricos se tornassem autônomos, como Egito, Indonésia, China e Argentina.

Adverso - Como os EUA poderiam enfrentar os déficits interno e externo?



Beinstein: "a longo prazo, a crise dos EUA vai beneficiar a América Latina"

Beinstein - Alguns países da periferia começaram a abandonar o dólar como moeda para o comércio exterior e com isso os EUA vão perdendo o mercado para a União Européia e o Japão. Diante desse quadro, os EUA começaram a usar a via militar para conquistar posições e recuperar a economia. Mas o efeito tem sido inverso. Acentuação das vias militares tem deteriorado ainda mais a economia norte-americana. Quando Bush chegou ao governo, os EUA tinham superávit fiscal. Agora ele acaba de declarar um déficit fiscal de mais de 500 bilhões de dólares, em função do gasto com aparato militar. A extrema direita norte-americana, que está no poder, acreditava que a guerra tiraria o país da crise, mas está aprofundando-a cada vez mais.

Adverso - O que poderia mudar no contexto mundial se ganhasse um democrata nos EUA? Quais são as chances disso acontecer?

Beinstein - Diante do fracasso de Bush, se Kerry (John Kerry, candidato democrata à presidência dos EUA) ganhar é provável que tente uma mudança de estratégia. Por exemplo, uma retirada negociada no Iraque. Creio que seja muito difícil porque não há com quem negociar no Iraque. Podem tentar uma renegociação econômica com a União Européia e com o Japão para impedir a caída do dólar e inflar de forma pacífica a bolha especulativa que se formou nos últimos 18 meses. Não creio muito em possibilidade de êxito, mas me parece que há dois grandes cenários: um que seria uma decadência catastrófica, se continuar a política de Bush, e outro que eu chamaria de uma decadência honorável e gradual, que provavelmente será a opção dos democratas. Isso não quer dizer que essa decadência honorável não possa se transformar em uma decadência catastrófica. Porque há um fator de fundo, do qual estou convencido, que é o declínio dos EUA. A elite do poder resiste em aceitar essa realidade, mas os fatos lhe vão impondo-a. Dentro de dez anos, o primeiro produto bruto mundial será da China e não dos EUA. O euro já está valorizado cerca de 30% com relação ao dólar. Os EUA estão em decadência, isso é uma realidade.